

FELIPE CESAR MICHNA

O ASPECTO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE GREVE

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Elizeu de Moraes Corrêa

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

FELIPE CESAR MICHNA

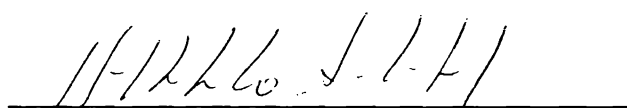
O ASPECTO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE GREVE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Elizeu de Moraes Corrêa


Prof. Thiago Lima Breus


Prof. Manoel Eduardo de Camargo e Gomes

Curitiba, 27 de outubro de 2005

Ao Professor Elizeu, pela orientação.
À Carla, pelo que representa na minha vida.
Aos meus pais, meus exemplos de vida.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | v |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2 HISTÓRICO..... | 3 |
| 2.1 DESENVOLVIMENTO..... | 3 |
| 2.2 TRATAMENTO DA GREVE EM OUTROS PAÍSES..... | 7 |
| 3 A GREVE NO BRASIL | 9 |
| 3.1 FUNDAMENTOS..... | 9 |
| 3.2 AS CONSTITUIÇÕES E A GREVE..... | 11 |
| 3.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988..... | 13 |
| 4 GREVE, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..... | 17 |
| 4.1 A GREVE COMO UM DIREITO..... | 17 |
| 4.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM E A GREVE | 18 |
| 4.3 LIBERDADE DE TRABALHO E A GREVE | 23 |
| 4.3.1 Princípio da Liberdade de Trabalho..... | 23 |
| 4.3.2 Liberdade de Trabalho..... | 24 |
| 4.4. DIREITOS SOCIAIS E A GREVE..... | 25 |
| 5 TIPOLOGIA DA NORMA DA GREVE..... | 30 |
| 5.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES..... | 30 |
| 5.2 A GREVE NO SETOR PRIVADO..... | 31 |
| 5.3 A GREVE NO SETOR PÚBLICO..... | 32 |
| 5.3.1 Considerações preliminares..... | 32 |
| 5.3.2 A eficácia do art. 37, VII..... | 33 |
| 6 CASUÍSTICA..... | 37 |
| 6.1 APLICAÇÃO DA LEI 7.783/89 NO SERVIÇO PÚBLICO | 37 |
| 6.2 MANDADO DE INJUNÇÃO..... | 40 |
| 6.3 JURISPRUDÊNCIA..... | 42 |
| 6.4 O DECRETO 1.480/95..... | 47 |
| 7 CONCLUSÃO..... | 48 |
| REFERÊNCIAS..... | 50 |
| ANEXOS..... | 53 |

RESUMO

O presente trabalho é um estudo do direito de greve sob o aspecto constitucional. Pretende-se demonstrar a trajetória que o instituto da greve percorreu até ser elevado à categoria constitucional em nosso ordenamento jurídico. Após a análise histórica no Brasil e no mundo, será demonstrado como o movimento grevista pode e deve ser pensado em consonância com os Direitos Fundamentais e Sociais presentes em nossa Carta maior. Dando prosseguimento ao estudo, será analisada a tipologia da norma da greve, bem como as suas repercussões no setor público e privado. Por conseguinte, haverá a exposição dos julgamentos dos Tribunais Superiores, os quais não apresentam posições semelhantes em relação à eficácia do enunciado constitucional que dispõe sobre o direito de greve. Por fim, serão expostos o Decreto nº. 1.480/95 e a Resolução nº. 419/05, os quais regulamentam os procedimentos em caso de paralisação do serviço por motivo de greve.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do desenvolvimento social, democrático e econômico, verifica-se que o instituto da greve vem sendo consagrado como uma forma de reivindicação, objetivando melhores condições de trabalho.

O Professor José Afonso da Silva pensa a greve como um “instrumento dos trabalhadores coletivamente organizados para a realização de melhores condições de trabalho”.¹

O Mestre Alexandre de Moraes define a greve como “um direito de autodefesa que consiste na abstenção coletiva e simultânea do trabalho, organizadamente, pelos trabalhadores de um ou vários departamentos ou estabelecimentos, com o fim de defender interesses determinados”.²

Amauri Mascaro Nascimento analisa alguns autores, trazendo, desta forma, consideráveis ponderações a respeito da greve, a saber:

Paul Durand propõe a seguinte definição: toda interrupção de trabalho, de caráter temporário, motivada por reivindicações suscetíveis de beneficiar todo ou parte do pessoal e que é apoiada por um grupo suficientemente representativo da opinião obreira. Para Hélène Sinay a greve é a recusa coletiva e combinada de trabalho, manifestando a intenção dos assalariados de se colocarem provisoriamente fora do contrato, a fim de assegurar o sucesso das suas reivindicações.³

As primeiras constituições brasileiras não tratavam sobre o direito dos trabalhadores, sendo que um dos fundamentos para essa ausência era o baixo desenvolvimento industrial existente no Brasil naquela época.

O movimento grevista dos trabalhadores brasileiros passou a ser pensado somente na Constituição de 1937, mas não na condição de direito constitucional. A greve era pensada como recurso anti-social, nocivo ao trabalho e ao capital.

¹ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 303.

² MORAES, Alexandre. **Constituição do Brasil e Legislação Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 505.

³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito do Trabalho na Constituição de 1988**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 289.

A Constituição de 1946 foi a primeira a reconhecer o direito de greve, mas foi com o advento da Constituição de 1988 que o direito de greve ganhou elevação jurídica e passou a ser considerado um direito fundamental dos trabalhadores.

O presente trabalho é uma análise do direito de greve sob o enfoque constitucional. Considera uma temática que trata a greve como um direito, e não apenas como um fato social presente em nossa sociedade. Pretende-se, portanto, relacionar os aspectos históricos do surgimento da greve, bem como os fundamentos que permitem tratá-la como um direito constitucional.

Por conseguinte, será feita uma análise sobre a relação que existe entre o direito de greve e as constituições brasileiras, enfocando, neste aspecto, o tratamento que a Constituição de 1988 concede ao instituto da greve. Também será analisada a greve como um direito fundamental, a qual se enquadra na categoria de direito social dos trabalhadores.

A sua natureza jurídica e sua aplicabilidade na atual sociedade brasileira também serão objetos do estudo. Neste ponto, este trabalho disporá sobre a greve no setor privado e público, dando ênfase neste último setor, o qual comporta algumas divergências em relação ao art. 37, inciso VII da Constituição da República.

Por fim, serão demonstradas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, nas quais se comprovará que nem mesmo entre os Tribunais há um entendimento pacífico a respeito da eficácia do inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

2 HISTÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO

A greve é um instituto presente e atuante na vida social brasileira. Surgiu a partir de alguns ideais reivindicatórios e ganhou força como instituto jurídico quando foi elevada a direito constitucional.

A origem do vocábulo *greve* ocorreu na França, mais precisamente em uma praça localizada em Paris, no ano de 1873, denominada Place Grève. Naquele local, operários se reuniam para reivindicar melhores condições de trabalho e também para demonstrar suas insatisfações.⁴

A seguir, algumas ponderações de Arnaldo Süssekind:

A história da greve, hoje reconhecida como direito do trabalhador, se confunde com a do sindicalismo. Mesmo porque ela sempre foi utilizada como um dos processos de atuação dos sindicatos, visando ao êxito das suas reivindicações em favor dos trabalhadores por eles representados. Daí porque a greve foi conceituada como delito, quando foram proibidas as coalizões operárias; tolerada, quando admitido os sindicatos; elevada, a pouco e pouco, à categoria de direito dos trabalhadores, em decorrência do reconhecimento do direito de sindicalização. No curso da história, todavia, muito antes do aparecimento dos sindicatos, eclodiram algumas greves de trabalhadores, sem que o procedimento fosse, como hoje, admitido pela ordem jurídica. Tratava-se, na verdade, mais de rebeliões ou motins; mas concerniam a aspectos da prestação de serviços, embora numa relação jurídica predominantemente escravagista.⁵

O fenômeno da greve já apresentava sinais de existência antes de 1873. A luta por direitos e melhorias já existia nas civilizações antigas, uma vez que a manifestação de movimentos com ideais reivindicatórios é uma conduta natural, ou seja, o ser humano procura se rebelar contra algo que lhe traga prejuízo ou insatisfação. Ocorre que não se poderia pensar em greve naquela época porque não

⁴ MORAES, *Constituição do Brasil...*, p. 505.

⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito Constitucional Do Trabalho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 459-460.

existia propriamente uma relação de trabalho assalariado. Movimentos existiam; mas não existia uma fundamentação jurídica.

No século XII a.C, Ramsés III reinava no antigo Egito e presenciou uma espécie de movimento grevista. Denominaram-na de *pernas cruzadas*, uma vez que as pessoas se recusaram a trabalhar porque não receberam alimentos e vestuário que lhes tinha sido prometido. Também houve um movimento reivindicatório no Baixo-Império. Na Idade Média também ocorreram movimentos reivindicatórios, conhecidos como *Jacqueire*.

Em relação ao aspecto histórico, é importante ressaltar que a sociedade vive em constante evolução. Assim, os movimentos reivindicatórios que ocorriam na Idade Antiga eram violentos, correspondendo a uma correlação ao modo violento de como as pessoas eram tratadas pelo Estado. Na Idade Média, o feudalismo expandiu suas idéias de hierarquização de trabalho, fazendo com que a sociedade aceitasse, de certa forma, o sistema vigente. Já na Idade Moderna o absolutismo ganhou força. As greves eram, portanto, repudiadas por essa ideologia, uma vez que movimentos reivindicatórios poderiam ir de encontro aos interesses do poder absoluto. Com o advento da Revolução Francesa e Industrial, dando início a Idade Contemporânea, a greve ganhou novos contornos.

Conforme ensina o professor José Augusto Rodrigues Pinto, a greve ou paralisação coletiva de trabalho pode ser dividida em dois períodos para um melhor entendimento.

O marco da separação é a Revolução Industrial. Antes da Revolução tem-se a chamada *origem remota*, na qual estavam presentes a coalizão e a resistência tópica. Após, surgiu a *origem próxima*, a qual sofreu grande influência da Revolução, “passando-se da coalizão para a união organizada dos núcleos coletivos profissionais e da simples resistência para a reivindicação de melhoria das condições gerais de trabalho”.⁶

A greve ganhou força com a Revolução Industrial, a qual proporcionou uma fundamentação material e serviu de marco divisório entre dois períodos. A Revolução Francesa propiciou amparo ideológico, de onde se extraiu ideais libertadores.

⁶ PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito Sindical e Coletivo Do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2002. p. 305.

Conforme ensina o Professor Süsskind:

O abandono coletivo do trabalho somente assumiu feições que o aproximaram das greves surgidas após a Revolução Francesa: a) na fase de decadência das corporações de ofício(séculos XV e XVI), quando os “companheiros” se rebelaram contra os “mestres” que os exploravam, sendo que alguns fundaram associações para defender seus interesses e outros abandonaram os burgos; b) na fase que se seguiu, das manufaturas monopolizadas por atos do rei, quando verdadeiros contratos de trabalho substituíram a relação medieval entre mestres e companheiros no Direito. A greve, então conceituada como direito, se processa como meio de pressão contra empregadores para a melhoria das condições de trabalho.⁷

A Revolução Industrial, de acordo com José Augusto Rodrigues Pinto, pode ser pensada como “um fato econômico que alterou profundamente o sensível tecido social e, por inevitável decorrência, o tecido jurídico das relações de trabalho humano”.⁸

Esta Revolução foi um processo ágil e que trouxe conseqüências até os dias atuais. Ela teve início com a substituição do trabalho humano por meios mecânicos de produção ou de transformação de bens. As obras de Montesquieu e Rousseau, anteriores à Revolução Francesa, e alguns ideais de liberdade e igualdade fundamentaram as transformações que ocorreram com a Revolução Industrial.⁹

Devido a força dos movimentos operários, a greve passou a ser pensada como um problema jurídico. Diante da existência deste fato social, surgiram três teorias predominantes a respeito da greve.

A primeira tolerava a greve, encarando-a, simplesmente, como um fato social. Ela não seria, portanto, conduta atentatória ao direito. Outra teoria pensava a greve como sendo uma determinada liberdade do ser humano e a terceira e mais aceita teoria pensa a greve como um direito.

Interessante saber que “os fundamentos do direito de greve partem da premissa muito evidente de que ele só interessa desde o momento em que a greve

⁷ SÜSSEKIND, op. cit., p. 460-461.

⁸ PINTO, op. cit., p. 36.

⁹ Ibid., p. 36-37.

pôde começar a ser pensada como direito. E isso ocorreu somente com a consolidação do movimento sindicalista, ao longo do século XIX".¹⁰

Pensar a greve como um direito é algo que deve estar ligado aos aspectos sociais e econômicos da sociedade. Como direito, ela pode ser fundamentada, segundo Amauri Mascaro Nascimento, no Princípio da Liberdade de Trabalho. Este é um princípio amplo e que se liga intimamente ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Interessante ressaltar que o princípio da liberdade de trabalho só passou a ser realmente respeitado a partir da sedimentação da idéia de contrato de trabalho, quando a coerção deu lugar à autonomia de vontades entre os contratantes.

Outro aspecto interessante, é que o direito de greve é um meio de pressão, um direito negativo no sentido de não se fazer algo e apresenta um caráter instrumental, servindo para compor conflitos entre trabalhadores.

Também é importante ressaltar que a greve pode ser pensada e classificada de diversas formas. Conforme entendimento do Professor Amauri Mascaro Nascimento, as greves podem ser legais ou ilegais, com ou sem abuso de direito.

De acordo com o objeto, elas podem ser políticas, de solidariedade ou impróprias.

As greves políticas têm por objeto o fato de se impor aos atos praticados pelo poder governamental. Nesse caso, o movimento grevista se impõe ao Estado. As greves de solidariedade ocorrem quando os trabalhadores de determinada categoria aderem à paralisação exercida por trabalhadores pertencentes a outra categoria profissional. Nessa modalidade, o empregador sofre prejuízos sem ter culpa pelo ocorrido. Já as greves impróprias são aquelas em que os empregados cumprem a jornada que lhes foi imposta, mas trabalham de uma forma lenta e negligente. É a chamada *Operação Tartaruga*.

Assim, o direito de greve tem se tornado um instituto em constante crescimento em razão dos problemas econômicos e sociais existentes na sociedade brasileira. É, portanto, uma faculdade que os trabalhadores têm de pressionar ou conseguir concessões de seus patrões.

¹⁰ Ibid., p. 306.

2.2 O TRATAMENTO DA GREVE EM OUTROS PAÍSES

Nos Estados Unidos, a Constituição não trata dos direitos dos trabalhadores. Há leis ordinárias que dizem respeito à greve e que proíbem a greve dos servidores públicos apresentando sanções a quem a exercer.

Na Alemanha, a Constituição também não trata da greve, mas permite que se exerça o direito de associação. Os sindicatos alemães são responsáveis pelo exercício de uma eventual greve, que só ocorrerá quando as tentativas de autocomposição já forem exauridas. Naquele país, a doutrina consagrou alguns princípios que devem nortear e fundamentar possíveis movimentos grevistas.

Diferentemente dos Estados Unidos e da Alemanha, em Portugal há o reconhecimento da greve aos servidores públicos, salvo os militares. Também existe uma lei que trata de serviços mínimos que devem ser prestados à população, sendo importante lembrar que não há permissão para o locaute.

Apesar de não ser objeto desta exposição, é interessante esclarecer alguns pontos sobre o locaute, expressão derivada do inglês *lockout*. Ele é uma espécie de um outro lado da greve, ou seja, há um deslocamento do pólo ativo. Na greve o pólo ativo é representado pelos empregados enquanto que os patrões, as empresas e as associações representam o pólo passivo. “Em tradução de literalidade indesejável, *to lock out* seria fechar fora; numa transposição mais precisa para a nossa língua da idéia contida na expressão inglesa, quer dizer fechar por fora ou trancar pelo lado de fora. É isso, precisamente, que faz o empresário quando resolve suspender ou encerrar a atividade de sua empresa: fecha-a por fora”.¹¹

Podemos pensar o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da liberdade de trabalho como fundamentos do direito de greve enquanto o locaute surge com base no poder e interesse do empregador.

Para José Augusto Rodrigues Pinto, o locaute é tido como um recurso anti-social, a saber: “a ele cabe com acerto e justiça, o epíteto aplicado pela Carta de 1937 de recurso anti-social”.¹²

Em sentido amplo, o locaute significa mais que o simples fechamento das portas do estabelecimento pelo empresário. Segundo Arnaldo Süsskind, “no seu

¹¹ Ibid., p. 332.

¹² Id.

conceito amplo, o locaute pode ser usado com o fim de pressionar órgãos públicos para o atendimento de postulações empresariais".¹³

No Uruguai, a greve pode ser exercida dentro de um aspecto sindical, sendo que o Ministério do Trabalho regulamentará quais são os serviços essenciais, que não poderão ser paralisados.

Na Argentina, o movimento grevista pode existir, mas fica restrito à vinculação aos sindicatos e à comunicação, com antecedência de cinco dias, ao Ministério do Trabalho.

No Chile, pode ser exercido o direito de greve, salvo nos serviços fundamentais e no serviço público.

Na Espanha, o exercício do direito de greve se assemelha à forma adotada em nosso país, ou seja, é permitida a greve, salvo para os membros das Forças Armadas.

Na Itália, o direito de greve é reconhecido conforme lei infra constitucional e na França o direito é admitido pela Constituição, sendo exercido conforme as leis infra constitucionais.

Na França, o movimento grevista pode ocorrer entre os servidores públicos civis. Também é interessante ressaltar que deve haver um aviso do exercício da greve ao governo para que ele possa requisitar pessoal para atuar no período de greve. Dessa forma, evita-se a ocorrência de prejuízo à sociedade.

Na Inglaterra, há permissão ao exercício da greve e no Leste Europeu, segundo Amauri Mascaro Nascimento, a greve não pode ser exercida. Ela é proibida porque é tida como ato criminoso contra a economia.

Atualmente a greve é considerada um direito ou liberdade em alguns países e ilícito em outros. Possui, portanto, natureza jurídica mista, se pensada de forma globalizada.

¹³ SÜSSEKIND, op. cit., p. 504.

3 A GREVE NO BRASIL

3.1 FUNDAMENTOS

A greve dos trabalhadores das Oficinas das Casas Armadas no Rio de Janeiro e a greve dos pescadores do Recife, ambas anteriores a Constituição do Império de 1824, foram os primeiros movimentos noticiados no Brasil. “Porém, no começo do século acentuaram-se”.¹⁴

No período imperial, a estrutura social não proporcionava condições de normatização da greve como direito. Conforme as idéias de José Augusto Rodrigues Pinto, não trazia surpresa a falta de normas que regulavam o trabalho e a liberdade de trabalhar.

No Brasil, em 1892, surgiu o Partido Operário, o qual reivindicava direitos e condições de trabalho mais dignas.

No mundo, as idéias socialistas de liberdade se desenvolviam. A greve se tornou instrumento de luta contra as explorações, contra as desigualdades sociais e contra as condições de trabalho desumanas. Ou seja, a essência do movimento era a valorização da pessoa do trabalhador.

Com a 1ª Grande Guerra, houve o crescimento das indústrias pelo mundo, inclusive no Brasil. Esta explosão industrial trouxe conseqüências sociais e econômicas que proporcionaram um aumento dos movimentos grevistas, como o caso da Grande Greve de 1917. “Esta greve foi um marco nas relações entre capital e trabalho dentro daquele período da nossa história; a questão social, a partir daí, passou a ser objeto de debate tanto em relação ao Estado, quanto em relação à sociedade civil; enfim, houve uma alteração sensível nas relações entre as classes a partir daquele momento”.¹⁵

O trecho abaixo revela a dimensão da referida greve:

São Paulo é uma cidade morta: sua população esta alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora

¹⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 62.

¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo e GALEB, Maurício. **A Greve Geral de 17 Em Curitiba: Resgate da Memória Operária**. Curitiba: Editora IBERT, 1996. p. 56.

alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar para quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Mooca, Barra Funda, Lapa, sucederam-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começam a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos.¹⁶

Seguindo as idéias dos Professores Ricardo Marcelo Fonseca e Maurício Galeb, podemos, a partir do trecho abaixo, ter uma noção da amplitude da greve de 1917 em Curitiba.

Os grevistas assaltaram diversos carrinhos de padeiros, para impedir o fornecimento de pão. O abastecimento de carne também foi impedido e quando os policiais tentaram interferir foram apedrejados pelos manifestantes. No bairro do Portão foram arrancados alguns trilhos de ferro. A ponte sobre o Rio Belém também foi danificada e o tráfego interrompido, que só retornou a normalidade à tarde, quando a polícia a consertou. Os padeiros suspenderam o serviço de panificação, até que o preço da farinha fosse baixado. A cidade nunca tinha visto um caos geral como esse.¹⁷

Percebe-se, nesse período, um avanço do socialismo sobre o anarquismo. Esse grande movimento de 1917 iniciou-se nas grandes fábricas têxteis de São Paulo, com a reivindicação de melhores salários e melhores condições de trabalho, mas foi controlado pela força policial.

Até 1930, período em que a greve fora considerada fato social, os governos não despendiam a necessária atenção com questões sociais e econômicas que estavam surgindo em um Brasil em franco desenvolvimento. Assim, as constituições brasileiras foram, ao longo do tempo, se adaptando e se transformando conforme os momentos sociais e econômicos vividos no Brasil.

¹⁶ DIAS, Everaldo. **São Paulo, 1917: A Primeira Grande Greve Brasileira**. Disponível em: <www.historianet.com.br/conteúdo/default.aspx?código=55> Acesso em 22 jun. 2005.

¹⁷ FONSECA, op. cit., p. 56.

3.2 AS CONSTITUIÇÕES E A GREVE

A Constituição Política do Império de 1824 era omissa em relação ao direito de greve, assim como a Constituição de 1891. A primeira, originada após a independência, foi outorgada por D. Pedro I e elaborada pelo Conselho de Estado. Ela relacionava-se com um regime monárquico-parlamentar e não tratava dos direitos dos trabalhadores. A segunda surgiu após proclamada a República. “Sob a decisiva influência da Constituição norte-americana, o Estado brasileiro se tornou federal, republicano, presidencialista e liberal. Por isso mesmo, também não cuidou dos direitos sociais do trabalhador, limitando-se a garantir o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”.¹⁸

Interessante ressaltar que a não previsão do direito de greve naquelas constituições fundamenta-se, entre outros fatos, no fato do Brasil possuir um baixo desenvolvimento industrial.

O Código Penal de 1890 proibia a greve na forma de seu art. 206¹⁹. Essa lei penal foi alterada pelo Decreto 1.162 de 1890, que deu nova redação ao art. 205 do Código Penal²⁰. Percebe-se, então, que após a referida alteração somente ficou proibida a greve que fosse exercida por meios violentos.

Após 1930, depois de criado o Ministério do Trabalho, todas as constituições posteriores referiam-se aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

A Constituição de 1934 demonstrava uma preocupação maior em relação ao aspecto social e econômico, mas a greve ainda não era pensada como um direito constitucional. Naquela época, a greve ainda estava se fundamentando na sociedade brasileira. A Carta de 34 apresentava um título que englobava aspectos econômicos e sociais. Fundamentou-se na Constituição de Weimar, extraíndo idéias sociais e democráticas, e na Constituição dos Estados Unidos da América, extraíndo idéias liberais e individualistas.

¹⁸ SÜSSEKIND, op. cit., p. 30.

¹⁹ Código Penal de 1890, art. 206: “causar ou provocar a cessação de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição do serviço salário. Pena – Prisão celular por um a três meses”.

²⁰ Decreto nº. 1.162, de 12.12.1890, que deu nova redação ao art. 205 do Código Penal de 1890: “desviar os operários ou trabalhadores por meio de ameaças, constrangimentos ou manobras fraudulentas. Pena – de prisão celular por um a três meses, e de multa de duzentos a quinhentos mil réis”.

A Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937 possuía essência intervencionista e tinha consagrado o Estado Novo, fortalecendo o Poder Executivo. Nesse período, a greve era tida como recurso anti-social e incompatível com os interesses da produção nacional. Analisando aquela Constituição juntamente com o Código Penal de 1940 percebe-se que a greve teve uma diminuição valorativa.

Em relação à Constituição de 1937, analisando seu art. 139²¹, pode-se pensar que “a Carta de 1937 pode ser apontada como o ponto mais depressivo do direito de greve, em toda nossa História. Espelho do absolutismo fascista, absorveu sua concepção de que toda paralisação coletiva do trabalho ou da produção (e nisso enfiou num mesmo saco a greve e o lockout) deviam ser considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital”.²²

Em 15 de março de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra regulamentou a cessação do trabalho através do art. 10²³ do Decreto Lei 9.070. Conforme ensina Nelson Nery Costa, houve, portanto, o reconhecimento do direito de greve, sendo que “após o Estado Novo, o decreto reconhecia finalmente o direito de greve, mas o disciplinava com rigor”.²⁴ Esse decreto era tido como inconstitucional até a promulgação da Constituição de 1946.

Foi com a Constituição de 1946, promulgada por uma Assembléia Constituinte e apresentando ideais democráticos, que o direito de greve passou a ser reconhecido, embora submetido a uma regulação por lei posterior. O art 158²⁵ da Carta Constitucional reconhecia o direito de greve, mas uma lei deveria regular seu exercício.

²¹ Constituição Federal de 1937, art. 139: “para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum. A greve e o lock-out são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.

²² PINTO, op. cit., p. 323.

²³ Decreto nº. 1.162, de 15.03.1946, art. 10, caput: “a cessação do trabalho, em desatenção aos processos e prazos conciliatórios ou decisórios previstos nesta lei, por parte de empregados em atividades acessórias e, em qualquer caso, a cessação do trabalho por parte de empregados em atividades fundamentais, considerar-se-á falta grave para fins devido e autorizará a rescisão do contrato de trabalho”.

²⁴ COSTA, Nelson Nery. **Teoria e Realidade da Desobediência Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990. p. 114.

²⁵ Constituição Federal de 1946, art. 158: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

Posteriormente, a Carta Constitucional brasileira de 1967 reconhecia e permitia o movimento grevista dos trabalhadores do setor privado nos termos de seu art. 157²⁶, salvo nos serviços públicos e nas atividades essenciais. Ela foi promulgada no governo de Castello Branco, pelo Congresso Nacional, após a Constituição de 1946 sofrer vinte e uma emendas e quatro atos adicionais.

Esse texto de 1967 sofreu alterações com a aprovação da Emenda Constitucional nº.1 de 1969. Através dessa Emenda, a Junta Militar não alterou direitos trabalhistas, mas sim questões relacionadas à ordem econômica, sendo que o seu objeto principal seria a realização do desenvolvimento econômico e da justiça social.²⁷

Na realidade, pode-se pensar essa Emenda Constitucional nº.1 como sendo responsável por uma grande reformulação na Constituição, já que nem mesmo a denominação da Constituição foi mantida; de Constituição da República Federativa do Brasil passou para Constituição do Brasil.

Devido a essa mudança de conteúdo trazida pela referida emenda, muitos juristas acreditam se tratar de uma nova Constituição. Seria, seguindo essa linha de pensamento, a chamada Constituição de 1969.²⁸

3.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 surgiu após um período autoritário e apresenta enfoque na pessoa humana, o que é demonstrado pelos inúmeros direitos fundamentais presentes na carta constitucional. Ela é a

²⁶ Constituição Federal de 1967, art. 157: "A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I - liberdade de iniciativa;

II - valorização do trabalho como condição da dignidade humana;

...

§ 7º - Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

²⁷ SÜSSEKIND, op. cit., p. 36

²⁸ A Constituição de 1969 foi modificada por algumas Emendas, mas a Emenda Constitucional nº.26 de 27/11/85 teve importante repercussão. Esta Emenda convocava a Assembléia

Constituição Cidadã, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte, que teve Ulysses Guimarães como presidente.

Essa Constituição modificou alguns aspectos relacionados ao direito do trabalho e, por sua vez, ao direito de greve.

Devido ao surgimento de novas condições de trabalho, como por exemplo a diminuição da jornada, a possibilidade de turnos ininterruptos e a diminuição de salários, a negociação coletiva foi incentivada e o direito de greve ganhou grande amplitude no ordenamento jurídico atual. Mas toda essa amplitude adquirida passou a ser pensada paralelamente com a idéia de abuso de direito, possibilitando, então, a responsabilização de quem incorreu em um eventual abuso.²⁹

Conforme as idéias do Professor Amauri Mascaro Nascimento, as proibições de greve existentes nas constituições anteriores nunca foram obedecidas pelos sindicatos. Existiram greves no serviço público e nas atividades essenciais sem o cumprimento das formalidades exigidas.

Tendo em vista a ineficácia dos enunciados sobre o direito de greve nas constituições passadas, a Constituição atual consagrou o direito de greve, mas de uma forma que não exista abuso de direito no seu exercício.

De uma forma geral, “a constituição brasileira de 1988 consagra expressamente o direito de greve, fixando alguns parâmetros que condicionam a lei ordinária, com reserva de posições fundamentais que impedem limitações em outros níveis normativos, para garantir uma maior amplitude em alguns pontos, mas deixando espaços abertos”.³⁰

A Carta Constitucional de 1988 assegura o direito de greve no seu art. 9º como um direito fundamental. Em contraposição à Constituição de 1967, o direito de greve é admitido no serviço público, desde que haja uma lei específica e também é admitido, na forma da lei, aos que desempenham atividades essenciais, mas é proibido aos militares.

Seguindo o posicionamento de Arnaldo Süssekind³¹, pode-se distinguir quatro grupos que possuem elementos distintos.

Constituinte para elaborar uma nova carta constitucional. Não poderia, portanto, ser pensada como uma Emenda Constitucional, mas sim como um ato político, que acabaria com a antiga Constituição.

²⁹ NASCIMENTO, **Curso de Direito**..., p. 79-80.

³⁰ NASCIMENTO, **Direito do Trabalho**..., p. 308.

³¹ SÜSSEKIND, op. cit., p. 467.

O primeiro grupo pode ser pensado como sendo o dos empregados de empresas privadas, das sociedades de economia mista e das empresas públicas. Estes podem exercer o direito constitucional da greve disposto no art. 9º da carta maior, mas o exercício fica condicionado à obediência da lei 7.783 de 28 de junho de 1989.

Um segundo grupo é o dos servidores públicos, tanto da administração direta como da administração indireta. Nos termos do art. 37, inciso VII da Constituição Federal, o direito de greve pode ser exercido caso exista uma lei específica, e não mais uma lei complementar como era exigido antes da Emenda Constitucional nº 19. O artigo 37, inciso VII assim dispõe: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

Um terceiro grupo trata dos militares das Forças Armadas. Nos termos do art. 142, IV da Constituição da República, é proibido o direito de greve a essa categoria profissional.

O quarto grupo seria composto pelos militares dos Estados, Distrito Federal e Municípios, pertencentes a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

Dessa forma, “o que é constitucionalmente proibido tem aplicação plena e imediata e não comporta interpretação, salvo quanto aos destinatários da norma proibitiva”.³²

O caput do art. 9º da Constituição Federal³³ assegura o direito de greve como um direito e uma garantia fundamental, sendo que o seu §1º autoriza uma lei ordinária a limitar o exercício da greve quando se tratar de atividades tidas como essenciais.

Com isso, não se pode pensar a greve como um direito absoluto, uma vez que deve existir um equilíbrio nos atos jurídicos praticados pela sociedade. Ou seja, o direito de greve deve ser exercido de uma forma condizente com a atual estrutura social existente, sob pena de configurar abuso de direito.

³² SÜSSEKIND, op. cit., p. 470.

³³ Constituição de 1988, art. 9º: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

§1º. “A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”.

§2º. “Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei”.

Abaixo, o Professor José Augusto Rodrigues Pinto esclarece a idéia anteriormente apresentada.

Houve quem se apresasse em definir a nova garantia como um direito absoluto do trabalhador. Isso não é juridicamente exato, data venia, ou porque não é possível conceber o absoluto em direito sem violar sua própria essência científica de fator de equilíbrio de interesses conflitantes, ou porque, na hipótese concreta da greve, ao estabelecer limitações ao exercício o legislador demonstra explicitamente sua relatividade. Parece-nos correto considerar, de fato, que a atual Constituição concede à greve a legalidade irrestrita, deixando o direito e a norma repelirem os abusos de exercício.³⁴

Verifica-se, assim, que o direito de greve ganhou amplitude com o advento da Constituição Federal de 1988. A greve não pôde ser mais pensada como um simples fato social, uma vez que é um direito fundamental e os interesses a serem discutidos podem ser escolhidos pelos trabalhadores.

³⁴ PINTO, op. cit., p. 326.

4 GREVE, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

4.1 A GREVE COMO UM DIREITO

Este tópico tem por finalidade demonstrar que a greve nem sempre foi aceita como um direito. Antes de pensá-la como um direito fundamental e social, é interessante analisá-la como direito e não como simples fato social.

Antigamente alguns autores não consideravam a greve como um direito; ela era pensada, no máximo, como uma certa liberdade e se encontrava dificuldade para pensá-la em consonância com a liberdade de trabalho.

Dessa forma, como já foi relatado na parte inicial deste trabalho, percebe-se que o movimento reivindicatório, o qual só depois de 1873 passou a ser chamado de greve, percorreu um longo caminho até ser aceito como direito.

Na fase antiga não era reconhecido e depois foi tido apenas como um fato social. Passou até mesmo ser considerado ato ilícito nos termos do art. 206 do Código Penal de 1890 e ganhou amplitude e elevação jurídica quando foi considerado direito fundamental pela Constituição de 1988.

Importante ressaltar que o direito constitucional de greve existente hoje no Brasil é um direito relativo, ou seja, ele deve ser exercido em conformidade com a estrutura social brasileira sob pena de configurar-se como abuso de direito.

Amauri Mascaro Nascimento sustenta a teoria da greve como um superdireito. Dessa forma, “a greve não é feita para a manutenção das normas convencionais existentes, e não seria razoável concebê-la dentro dos quadros definidos pelos direitos e deveres que estão sendo observados, porque a sua finalidade é exatamente a modificação desse quadro, no qual não é possível encontrar seu fundamento”.³⁵

Considerando-a como um direito constitucional, a greve será analisada, a seguir, como um Direito Social pertencente à categoria dos Direitos Fundamentais.

³⁵ NASCIMENTO, *Direito do Trabalho...*, p. 295.

4.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM E A GREVE

Na Constituição de 1988 o direito de greve está inserido no campo dos Direitos Sociais, que por sua vez é considerado um Direito Fundamental dos trabalhadores, uma vez que é um instrumento para melhorar as condições do homem trabalhador, proporcionando-lhe uma vida digna. Está, portanto, ligado a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a saber: *dignidade da pessoa humana*.

Os direitos fundamentais enumerados em nossa Constituição são conquistas recentes e podem ser pensados como reconquistas da humanidade, uma vez que esses direitos já existiam, mas foram perdidos quando a sociedade se partiu entre proprietários e não proprietários.

Antigamente havia um interesse comum, uma vez que não existia a propriedade privada. Após o surgimento dela, os novos proprietários passaram a se impor sobre os demais, surgindo as grandes opressões sociais.

Diante dessas opressões, várias declarações de direitos foram sendo elaboradas.

Na Inglaterra, surgiu a Carta Magna (1215 – 1225) como um instrumento destinado a assegurar os direitos fundamentais. É verdade que ela foi destinada aos barões e aos homens livres, mas trouxe algumas contribuições relacionadas ao aspecto democrático.

Em 1776, surgiu a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, a qual tinha um aspecto democrático e uma preocupação em limitar a arbitrariedade do poder real.

A Declaração dos Direitos do Homem de 1789 foi a que, segundo o professor Paulo Bonavides, externou pela 1ª vez a universalidade de direitos pertencentes ao ser humano.

Constatou-se então com irrecusável veracidade que as declarações antecedentes de ingleses e americanos podiam talvez ganhar em concretude, mas perdiam em espaço de abrangência, porquanto se dirigiam a uma camada social privilegiada (os barões feudais), quando muito a um povo ou a uma sociedade que se libertava politicamente, conforme era o caso das antigas colônias americanas, ao passo que a Declaração francesa de 1789

tinha por destinatário o gênero humano. Por isso mesmo, e pelas condições da época, foi a mais abstrata de todas as formulações solenes já feitas acerca da liberdade.³⁶

A Declaração do Povo Trabalhador e Explorado, segundo José Afonso da Silva, repete a ideologia da Declaração dos Direitos do Homem de 1789, ou seja, ela trata os direitos do homem de uma forma universal e de modo que abranja todos os trabalhadores.

Essa carta do povo trabalhador surgiu em uma época em que o homem não era pensado dentro de um aspecto econômico e social. Ele era visto como se não fizesse parte da realidade social.

Dessa forma, essa declaração “não se limitara a reconhecer direitos econômicos e sociais, dentro do regime capitalista, mas a realizar uma nova concepção de sociedade e do Estado e, também, uma nova idéia de direito, que buscasse libertar o homem, de uma vez por todas, de qualquer forma de opressão”.³⁷

Assim, com a sucessão dessas declarações ao longo da história, surge a Carta Constitucional de 1988 que apresenta um título denominado Dos Direitos e Garantias Individuais, o qual engloba, dentre outros direitos, os Direitos Sociais, que por sua vez engloba o Direito de Greve.

A idéia de direitos do homem, de direitos humanos e de direitos fundamentais existe com a intenção de proteger o homem do abuso do poder estatal. O Direito de Greve, por sua vez, pode ser pensado como uma forma de proteção às arbitrariedades cometidas pelos patrões.

Verifica-se que esses três termos acima citados são usados, normalmente, como sinônimos. Para Bonavides, os autores anglo-americanos e latinos preferem os termos *direitos do homem* e *direitos humanos* enquanto os alemães optam por *direitos fundamentais*.³⁸ Este ilustre Professor entende os direitos fundamentais como sendo pressupostos essenciais para a existência de uma vida livre e digna, sendo, portanto, aqueles direitos que o direito positivo classifica como tais.³⁹

³⁶ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 516.

³⁷ SILVA, **Curso de Direito**..., p. 161.

³⁸ BONAVIDES, op. cit., p. 516

³⁹ Ibid. p. 514.

Paulo Bonavides, a partir do que sustenta Carl Schmitt, faz uma diferenciação na caracterização dos direitos fundamentais. Sob o aspecto formal, os direitos fundamentais são aqueles garantidos e especificados na Constituição. Sob o aspecto material, os direitos fundamentais seguem as idéias de cada Estado.⁴⁰

“Os direitos do homem ou de liberdade, se assim podemos exprimi-los, era ali direitos naturais, inalienáveis e sagrados, direitos tidos também por imprescritíveis, abraçando a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”.⁴¹

Para o professor José Afonso da Silva,

Direitos fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada a este estudo, porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais de homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do homem, não como macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos fundamentais do homem significa direitos fundamentais da pessoa humana ou direitos humanos fundamentais.⁴²

Dessa forma, para José Afonso, Direitos Fundamentais do Homem seria a expressão do termo mais adequado, uma vez que une princípios norteadores do ordenamento jurídico e relaciona garantias e prerrogativas de uma vida livre e digna.

O direito de greve é, portanto, garantido e especificado na constituição e relaciona-se com o aspecto democrático do Estado, conferindo uma determinada liberdade ao trabalhador.

Por conseguinte, pode-se pensar os direitos civis e políticos como direitos fundamentais de 1ª geração (direitos de liberdade). Os direitos sociais, econômicos e culturais constituem a 2ª geração (direitos de igualdade) e são uma espécie de herança socialista, enquanto que os direitos coletivos, destinado a todos os seres

⁴⁰ Ibid. p. 515

⁴¹ Ibid. p. 516

⁴² SILVA, **Curso de Direito...**, p. 178.

humanos, são tidos como direitos de 3ª geração (direitos de solidariedade). Esses direitos sociais podem ser relativos às relações individuais (art. 7º CF) ou relativos às relações coletivas (art. 9º a 11 CF).

Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite, a greve é, conjuntamente, direito de primeira, segunda e terceira dimensão.⁴³

A primeira dimensão refere-se ao direito de liberdade, uma vez que trata de um *non facere* da atividade estatal. Ou melhor, o Estado consagra direitos e liberdades existentes, permitindo, dessa maneira, que as pessoas se reúnam para fins pacíficos.

A segunda dimensão refere-se ao direito de igualdade. Neste ponto, o direito de greve existe como um instrumento que possibilita aos empregados reivindicarem melhores condições sociais aos seus empregadores, atenuando, assim, as diferenças sociais originadas de uma desigualdade econômica surgida pela diferença de distribuição de renda em uma sociedade baseada no regime capitalista.

A terceira dimensão refere-se ao direito de fraternidade, uma vez que a greve é uma espécie de uma atitude solidária. As pessoas se solidarizam em torno de ideais de paz, desenvolvimento e progresso social.

Verifica-se, então, que a nossa Constituição estabelece normas relativas aos trabalhadores no Capítulo II (Dos Direitos Sociais), Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais). Ocorre que não são todas as constituições que incluem, na sua redação, as normas referentes ao trabalho. Alguns países tratam as questões relativas aos trabalhadores somente por leis ordinárias, como o caso da Constituição dos Estados Unidos.

O direito de greve, como direito fundamental que é, tem sua eficácia e aplicabilidade condicionada ao enunciado da carta constitucional.

A regra geral é que as normas relacionadas aos direitos fundamentais são de eficácia e aplicabilidade imediata, mas é importante ressaltar que a greve, sendo um direito social, depende de legislação ulterior para ser exercida. Assim, “o direito de greve é auto-aplicável, não podendo ser restringido ou impedido pela legislação infraconstitucional. Não está vedada, porém, a possibilidade de regulamentação de

⁴³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A Greve do Servidor Público Civil e os Direitos Humanos**. Jus Navigandi, Teresina, a.6, n.54, fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2612>> Acesso em: 22jun. 2005

seu procedimento, como, por exemplo, a exigência de determinado quorum na assembléia geral, para que ela se instale”.⁴⁴

O direito de greve, e por consequência o direito de reunião enumerado no art. 5º de nossa constituição democrática, não são direitos fundamentais absolutos, uma vez que encontram limitações nos outros direitos enumerados na Constituição Federal.

Nas palavras de Alexandre de Moraes, “os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal, portanto, não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna”.⁴⁵

Dessa forma, existindo conflito entre dois direitos fundamentais, deve-se harmonizá-los de modo que não haja grandes prejuízos de um em detrimento de outros. Então, os movimentos grevistas não podem ir contra os direitos dos cidadãos, ou seja, deve haver um respeito aos demais direitos fundamentados pela constituição sob pena de se configurar abuso de direito.⁴⁶

De acordo com o exposto, o direito de greve deve ser exercido de forma coerente com a estrutura social, evitando incômodos e prejuízos à sociedade. Além disso, o direito de greve é relativo no sentido de que se deve evitar a ofensa aos outros direitos fundamentais, ou seja, o exercício do direito de greve deve respeitar a possibilidade de exercício dos demais direitos.

Finalizando este tópico, é importante ressaltar alguns aspectos⁴⁷ que derivam da relação existente entre o direito de greve e os direitos fundamentais.

Sendo o direito de greve pertencente ao campo dos Direitos Fundamentais, os tribunais adotam procedimentos que garantem uma determinada proteção ao exercício e à efetividade do direito de greve, que por sua vez está vinculada às atividades privadas.

⁴⁴ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 212.

⁴⁵ Ibid. p.63.

⁴⁶ Esta idéia encontra amparo no art. 29 da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que assim dispõe: “toda pessoa tem deveres com a comunidade, posto que somente nela pode-se desenvolver livre e plenamente sua personalidade. No exercício de seus direitos e no desfrute de suas liberdades todas as pessoas estarão sujeitas às limitações estabelecidas pela lei com a única finalidade de assegurar o respeito dos direitos e liberdades dos demais, de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem estar de uma sociedade democrática.

⁴⁷ CRETELLA JÚNIOR, José; MARTINS, Ives Gandra da Silva; RESEK, José Francisco. **Constituição Brasileira de 1988: interpretações**. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 38.

No setor privado o direito de greve tem aplicação imediata enquanto que no setor público há uma dependência de lei posterior.

Por fim, outra importante característica é o fato de que o direito de greve não pode sofrer diminuição na sua essência.

4.3 LIBERDADE DE TRABALHO E A GREVE

4.3.1 Princípio da Liberdade de Trabalho

Inicialmente é importante ressaltar que o direito de greve se liga ao direito de igualdade, uma vez que o Estado Social não busca apenas a igualdade formal, mas sim uma igualdade real que se estenda a todos, independentemente dos grupos a que pertençam.⁴⁸

Antigamente o trabalho era feito pelos escravos, sendo considerado pelos gregos como um castigo. Como nessa época o trabalho era pensado dentro de um aspecto pejorativo, não se vislumbrava um contrato de trabalho nem direitos e deveres.

Na Idade Média, o senhor feudal possuía grande poder sobre os servos. As corporações de ofício limitavam e regulavam todos os ofícios, não permitindo que os próprios homens regulassem as suas relações de trabalho.

Com o fim das corporações de ofício, surgiu a primeira forma jurídica da relação de trabalho. Era a locação de serviços, que “consistia no respeito total à liberdade volitiva do trabalhador e do empregador que se obrigavam, um a prestar serviços e outro a pagar salários, porém sem outras implicações maiores quanto às circunstâncias em que isso se dava”.⁴⁹

A Revolução Francesa consagrou o princípio da liberdade contratual. A lei *Lê Chapelier*, de 17 de junho de 1791 propiciou uma liberdade para os indivíduos acordarem o salário e a jornada, sem intervenção das corporações de ofício.

⁴⁸ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A Greve Como Direito Fundamental**. Curitiba: Juruá, 2000. p. 24.

⁴⁹ NASCIMENTO, **Direito do Trabalho...**, p. 30.

Tempos depois, “o declínio da liberdade contratual, com o intervencionismo jurídico, trouxe a figura do contrato de trabalho, revestindo-se de características de contrato de adesão”.⁵⁰

Dessa forma, a liberdade de trabalho existente em nossa sociedade democrática é de fundamental importância para que o direito de greve seja exercido. Ou seja, esse direito relaciona-se ao fato de ser um instituto que pode ser usado para demonstrar a insatisfação quanto ao trabalho desempenhado e exigir melhores condições de trabalho.

4.3.2 Liberdade de Trabalho

Chamado de Liberdade de Trabalho por Amauri Mascaro Nascimento e Liberdade de Ação Profissional por José Afonso da Silva, esse instituto não é, segundo José Afonso, um direito social do trabalho, mas sim um direito individual, uma vez que o “dispositivo confere liberdade de escolha de trabalho, de ofício e de profissão, de acordo com as propensões de cada pessoa e na medida em que a sorte e o esforço próprio possam romper as barreiras que se antepõem à maioria do povo”.⁵¹

Não é, portanto, o que a “doutrina chama liberdade de conteúdo social, pois que ali não se garante o trabalho, não se assegura o conteúdo do trabalho, nem a possibilidade de trabalho, nem o emprego nem tampouco as condições materiais para a investidura num ofício ou para a aquisição de qualquer profissão. Isso, sim, seria direito social”.⁵²

Para o Professor Amauri Mascaro Nascimento, a liberdade de trabalho é o fundamento de maior consistência a respeito do direito de greve:

Assim como individualmente ninguém pode ser obrigado a trabalhar para outrem, coletivamente o trabalhador também não pode ser coagido a prestar serviços contra a sua vontade. A liberdade de trabalho é um valor que se afirmou após a proscrição do trabalho escravo, de tal modo que, hoje, não mais são aceitas formas de constrangimento para a obtenção do trabalho humano. A greve é simplesmente a recusa de trabalhar sob

⁵⁰ Ibid. p. 31.

⁵¹ SILVA, *Curso de Direito...*, p. 256.

⁵² Id.

condições consideradas insatisfatórias, e não encontraria espaço no atual conceito de idéias a afirmação de que os trabalhadores estariam obrigados à prestação de um trabalho que não mais consideram contraprestativo.⁵³

A liberdade sindical, que abrange o aspecto organizacional e dinâmico, e a autonomia privada coletiva são outros fundamentos da greve.

Hoje, ao contrário do que acontecia antigamente, quando o trabalho era executado de uma forma escrava e não era pensado como uma forma de desenvolvimento, a proteção do trabalho é assegurada constitucionalmente e está intimamente ligada com os direitos humanos dispostos na Constituição.

A Constituição de 1988 consagrou a idéia de greve como direito, devendo ser pensada em conjunto com o instituto do abuso de direito, uma vez que o direito de greve sofre limitações e pode ser declarado ilegal.

4.4 DIREITOS SOCIAIS E A GREVE

Inicialmente é interessante ressaltar que vivemos em uma sociedade flexível, que sofre transformações de uma forma muito rápida.

Diante da necessidade de existir uma sociedade justa, os direitos sociais passaram a ser incluídos nas constituições, refletido, em parte, a idéia da justiça social.

A interpretação dos direitos sociais presentes em uma carta constitucional deve ser cuidadosa e estar de acordo com o aspecto social da sociedade.

Em relação aos direitos sociais, o Professor José Afonso da Silva explica que “a ordem social, como a ordem econômica, adquiriu dimensão jurídica a partir do momento em que as constituições passaram a discipliná-la sistematicamente, o que teve início com a Constituição mexicana de 1917. No Brasil, a primeira constituição a escrever um título sobre a ordem econômica e social foi a de 1934, sob a influência da Constituição alemã de Weimar, o que continuou nas constituições posteriores”.⁵⁴

⁵³ NASCIMENTO, **Direito do Trabalho**..., p. 295.

⁵⁴ SILVA, **Curso de Direito**..., p. 284.

Os direitos humanos ou individuais são uma espécie de comando negativo aos atos praticados pelo poder estatal, enquanto os direitos sociais impõem algumas ações ao Estado.

Essa idéia fica melhor explicada nas palavras do Professor Carlos Henrique Bezerra Leite, a saber:

Enquanto os direitos individuais, modernamente denominados por renomados publicistas de direitos humanos de primeira geração, são uma espécie de comando negativo imposto ao poder estatal, limitando a atuação deste em função das liberdades públicas asseguradas ao indivíduo, os direitos sociais, também chamados de direitos humanos de segunda geração, impõe ao Estado uma prestação positiva, no sentido de fazer algo de natureza social em favor do indivíduo. O conteúdo dos direitos individuais, portanto, é um dever de não fazer por parte do Estado em prol de certos interesses ou direitos, como o direito à vida, à liberdade nos seus multifários aspectos (locomoção, expressão, religião, organização de grupos), ao passo que os direitos sociais constituem um dever de fazer, de contribuir, de ajudar, por parte dos órgãos que compõe o Poder Público.⁵⁵

Os direitos sociais são, segundo José Afonso da Silva, “prestações positivas prestadas pelo Estado, direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitem melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade”.⁵⁶

Conforme o pensamento de José Afonso⁵⁷, podemos agrupar os direitos sociais em cinco grandes grupos. São eles:

1. Direitos Sociais relativos ao trabalhador (direito de greve);
2. Direitos Sociais relativos à seguridade social;
3. Direitos Sociais relativos à educação e cultura;
4. Direitos Sociais relativos ao meio ambiente;
5. Direitos Sociais relativos à família, criança, adolescente e idoso.

⁵⁵ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Constituição e Direitos Sociais dos Trabalhadores**. São Paulo: LTr, 1997. p. 11.

⁵⁶ SILVA, **Curso de Direito...**, p. 285.

⁵⁷ Ibid., p.286.

Para Alexandre de Moraes, “os direitos sociais previstos constitucionalmente são normas de ordem pública, com a característica de imperativas, invioláveis, portanto, pela vontade das partes contraentes da relação trabalhista”.⁵⁸

Como este trabalho tem por objeto o instituto da greve, é interessante ressaltar alguns aspectos dos Direitos Sociais relativos aos trabalhadores, uma vez que o direito de greve, por estar intimamente ligado às questões sociais, ganhou assento na Constituição como Direito Social e que, por sua vez, relaciona-se aos direitos pertinentes aos trabalhadores.

No entendimento de José Afonso da Silva, os direitos sociais relativos aos trabalhadores dividem-se, conforme a Constituição Federal, em duas categorias. A primeira trata das relações individuais de trabalho (art. 7º) e a segunda refere-se aos direitos relativos coletivos dos trabalhadores (arts. 9º a 11), sendo que o direito de greve pertence a esta categoria.

Existe uma diferença entre os direitos sociais individuais e coletivos, uma vez que “direitos coletivos dos indivíduos foram incluídos entre os direitos individuais, enquanto os direitos coletivos dos trabalhadores passaram a integrar os direitos sociais a eles relativos, que são a liberdade de associação profissional ou sindical, direito de greve, direito de substituição processual, direito de participação laboral e direito de representação na empresa”.⁵⁹

Conforme pondera o Professor José Afonso, a liberdade sindical é consequência de uma luta dos trabalhadores e fundamenta a liberdade de fundação de sindicato, a liberdade de adesão sindical, a liberdade de filiação e a liberdade de atuação. Esta liga-se ao exercício do direito de greve.

A liberdade de atuação é o fator que possibilita que o sindicato realize as suas funções de uma forma autônoma, sem a intervenção do poder público na sua organização e funcionamento. Dessa forma, os sindicatos não estão mais sujeitos às vontades do Ministério do Trabalho ou de qualquer outro órgão.⁶⁰

Essa vinculação da greve e da liberdade de atuação fica nítida quando José Afonso da Silva aponta a greve como um instituto que se “desencadeia e se desenvolve sob a égide do poder de representação do sindicato, pois é um

⁵⁸ MORAES, *Direito...*, p. 204.

⁵⁹ SILVA, *Curso de Direito...*, p. 300.

⁶⁰ *Ibid.* p. 301.

instrumento dos trabalhadores coletivamente organizados para a realização de melhores condições de trabalho para toda a categoria profissional envolvida”.⁶¹

Além disso, a greve é tida pelo Professor José Afonso não apenas como um simples direito fundamental. Além de fundamental, ela é um direito instrumental e está relacionada às garantias constitucionais, “porque funciona como meio posto pela Constituição a disposição dos trabalhadores, não como um bem auferível em si, mas como um recurso de última instância para a concretização de seus direitos e interesses”.⁶²

Pode-se dizer, então, que a greve é garantia constitucional no sentido de ser um meio usado pra fazer valer os direitos constitucionais enumerados em nossa Carta Maior.

As garantias constitucionais podem ser, segundo o professor José Afonso, individuais, coletivas, políticas e sociais. Em razão de todo o exposto, fica claro que esta última garantia é a que tem uma ligação mais íntima com o direito de greve.

A seguir, seguem duas importantes características dos direitos sociais.

A primeira característica genérica é a subordinação à regra de auto-aplicabilidade enumerada no § 1º do art. 5º da Constituição Federal. A segunda característica, é a possibilidade de ajuizamento de Mandado de Injunção quando houver omissão do legislador em relação às normas que tratem de direitos sociais, como é o caso do direito de greve.⁶³

Antes de finalizar este tópico, é interessante ressaltar um relevante aspecto do direito de greve. A doutrina, em regra, pondera no sentido de que os Direitos Sociais são uma prestação positiva do Estado enquanto que os Direitos Individuais são um comando negativo imposto ao Estado e apresenta a finalidade de assegurar os direitos dos indivíduos.

Diante do que foi exposto no presente estudo, verifica-se que a greve é um direito social, mas foge, de certa forma, à regra geral. Isto porque a greve não é propriamente uma prestação positiva do Estado, mas sim um direito-garantia, um instrumento que possibilita a reivindicação de melhores e mais dignas condições de trabalho. A greve é, portanto, um direito que permite um não fazer.

⁶¹ Ibid. p. 303.

⁶² Id.

⁶³ MORAES, **Direito**..., p.204.

Por fim, sendo um dos direitos fundamentais aplicáveis a todos os trabalhadores, a greve é um instrumento ou um instituto que possibilita a manutenção de um Estado democrático de direito.

5 TIPOLOGIA DA NORMA DA GREVE

5.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Diante do que já foi exposto neste estudo, verifica-se que a Constituição Federal consagra a greve como um direito social dos trabalhadores, e não como um simples fato social ou como uma mera liberdade, fundamentando-se, desta forma, na teoria dos direitos fundamentais.

Conforme dispõe a Carta Maior, a greve pode ser pensada como um direito que goza de presunção de legitimidade se for exercida sem violência, sendo, portanto, ato jurídico legítimo. É, também, um instrumento que possibilita aos trabalhadores uma proteção em face de abusos e arbitrariedades cometidas pelos empregadores.

Para o Professor José Afonso da Silva, o direito de greve pode ser pensado como um “um direito-garantia, na medida em que ele não é uma vantagem, um bem, auferível em si pelos grevistas, mas um meio utilizado pelos trabalhadores para conseguir a efetivação de seus direitos e melhores condições de trabalho”.⁶⁴

No entendimento do Professor Alexandre de Moraes, “o direito de greve é auto-aplicável, e não pode ser restringido ou impedido pela legislação infraconstitucional. Não está vedada, porém, a possibilidade de regulamentação de seu procedimento, como, por exemplo, a exigência de determinado quorum na assembléia geral, para que ela se instale”.⁶⁵

Esse mesmo Professor traz uma idéia de que o direito de greve é um direito de proteção ao trabalhador em relação às conseqüências que serão originadas pelo ato de não trabalhar.⁶⁶

Também é conveniente lembrar que a greve é um direito relativo e não absoluto, uma vez que está sujeita a limites e o abuso ao direito de greve pode caracterizá-la como ilegal.

Nas palavras de Robertônio Santos Pessoa: “A relatividade dos direitos é inerente a vida em sociedade. Assim, o direito de greve, seja no setor público ou

⁶⁴ SILVA, **Curso de Direito...**, p. 463.

⁶⁵ MORAES, **Constituição do Brasil...**, p. 506.

⁶⁶ Ibid. p. 505.

privado, não se constitui num direito absoluto, sofrendo, portanto, limitações. No setor público as limitações devem ser mais acentuadas, sem, contudo, importar numa frustração do direito em apreço”.⁶⁷

Por fim, a greve pode ser pensada como “um direito de coerção que visa à solução do conflito coletivo”.⁶⁸

5.2 A GREVE NO SETOR PRIVADO

Em relação aos servidores do setor privado, o direito de greve é amparado pela Lei 7.783/89, a qual regulamenta e define limites para o exercício do direito de greve, que é assegurado pela Constituição Federal.

A titularidade do direito da greve pertence aos empregados que procuram defender seus interesses em face do que lhes foi imposto pelo empregador.

Ocorre que esta lei não pode restringir um direito constitucional. Nas palavras de José Afonso da Silva: “a lei não pode restringir o direito mesmo, nem quanto à oportunidade de exercê-lo nem sobre os interesses que, por meio dele, devam ser definidos. Tais decisões compete aos trabalhadores, e só a eles (art. 9º). Diz-se que a melhor regulamentação ao direito de greve é a que não existe”.⁶⁹

Essa lei infraconstitucional, nos seus artigos 6º e 7º, enumera direitos que pertencem aos grevistas. No artigo 10º define, conforme disposto no art. 9º, § 1º da Constituição Federal, quais são as atividades ou serviços essenciais, que possuem aspectos diferenciados no sentido de que uma eventual paralisação deve respeitar procedimentos diferenciados.

Sabendo que o direito de greve não é um direito absoluto, mas sim relativo, o art. 14 da Lei 7783/89, conforme determinação constitucional, determina quais situações podem ser consideradas como abusivas de direito.

81. ⁶⁷ PESSOA, Robertônio Santos. **Sindicalismo no Setor Público**. São Paulo: LTr, 1995. p.

⁶⁸ MARTINS, Sergio Pinto. **Greve do Servidor Público**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 32

⁶⁹ SILVA, **Curso de Direito...**, p. 304.

5.3 A GREVE NO SETOR PÚBLICO

5.3.1 Considerações Preliminares

Segundo o Professor Sergio Pinto Martins, alguns doutrinadores argumentam que não pode existir paralisações nos serviços públicos porque estes desempenham papéis essenciais na sociedade e uma paralisação traria sérios prejuízos à sociedade.

A idéia de proibição da greve no serviço público esteve vigente durante um determinado período sob a simples fundamentação de que não se poderia ferir o princípio da continuidade do serviço público.⁷⁰

O inciso VII do art. 37 da Constituição da República modifica, de certa forma, o modo de pensar o direito de greve do servidor público. Através desse inciso, a idéia do princípio da continuidade do serviço público deve ser repensada. Nas palavras do Professor Sergio Pinto Martins, esse enunciado representa uma “modificação à orientação de que o servidor público não pode fazer greve, sendo mitigado o princípio da continuidade da prestação do serviço público. Entender que o servidor público não poderia fazer greve seria denegar o direito de greve dos servidores públicos”.⁷¹

Robertônio Santos Pessoa pensa a greve no serviço público da seguinte maneira:

Em geral, pode-se afirmar que o direito de greve dos servidores públicos civis tem sido considerado, numa perspectiva jurídica, diferente daquele conferido aos trabalhadores do setor privado. De fato, geralmente a greve no setor público assume uma gravidade muito maior do que a paralisação dos trabalhadores nas empresas privadas. O Estado, contudo, não pode mostrar-se indiferente aos fatos sociais, políticos e econômicos. Assim, verifica-se que o servidor público civil também necessita de meios de pressão para obter condições dignas de trabalho.⁷²

⁷⁰ MARTINS, op. cit., p. 35.

⁷¹ Ibid. p. 36.

⁷² PESSOA, op. cit., p. 81.

5.3.2 A eficácia do art. 37, VII

A demora na regulamentação do inciso VII do art. 37 da Carta Maior traz algumas divergências quanto à sua eficácia e aplicabilidade.

Inicialmente é importante relacionar alguns aspectos que dizem respeito à eficácia das normas constitucionais. Algumas normas têm eficácia plena e absoluta, outras têm eficácia limitada e as terceiras têm eficácia contida.

As normas de eficácia plena estabelecem comandos, são condutas positivas ou negativas e referem-se às “regras organizativas e limitativas dos poderes estatais, e podem conceituar-se como sendo aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular”.⁷³

Desta forma, as normas de eficácia plena têm aplicabilidade imediata, uma vez que “dotadas de todos os meios e elementos necessários à sua executoriedade”.⁷⁴

As normas de eficácia contida necessitam de intervenção do legislador ordinário no sentido de haver uma restrição da eficácia apresentada, ou seja, quando não houver lei infraconstitucional, a sua eficácia será plena. São, portanto, “aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do Poder Público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados”.⁷⁵

Por outro lado, as normas de eficácia limitada necessitam da elaboração de uma lei para que se tornem plenas e absolutas. Segundo José Afonso da Silva, elas podem ser divididas em dois grupos.

O primeiro grupo trata das Normas Constitucionais de Princípio Institutivo, que se caracterizam por “indicarem uma legislação futura que lhes complete a eficácia e lhes dê efetiva aplicação”.⁷⁶

⁷³ SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 101.

⁷⁴ Ibid. p. 102.

⁷⁵ Ibid. p. 116.

⁷⁶ Ibid. p. 123.

São “aquelas através das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei”.⁷⁷

O segundo grupo trata das Normas de Princípio Programático, que podem ser pensadas como “normas constitucionais através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado”.⁷⁸

A seguir, a posição do Professor José Afonso da Silva:

A eficácia e a aplicabilidade das normas que contém os direitos fundamentais dependem muito do seu enunciado, pois se trata de assunto que está em função do Direito positivo. A Constituição é expressa sobre o assunto, quando estatui que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Mas certo é que isso não resolve todas as questões, porque a Constituição mesma faz depender de legislação ulterior a aplicabilidade de algumas normas definidoras de direitos sociais, enquadrados dentre os fundamentais. Por regra, as normas que consubstanciam os direitos fundamentais democráticos e individuais são de eficácia contida e aplicabilidade imediata, enquanto as que definem os direitos econômicos e sociais tendem a sê-lo também na Constituição vigente, mas algumas, especialmente as que mencionam uma lei integradora, são de eficácia limitada, de princípios programáticos e de aplicabilidade indireta, mas são tão jurídicas como as outras e exercem relevante função, porque, quanto mais se aperfeiçoam e adquirem eficácia mais ampla, mais se tornam garantias da democracia e do efetivo exercício dos demais direitos fundamentais.⁷⁹

Diante da problemática que envolve a eficácia do art. 37, VII, verificam-se duas correntes presentes no direito brasileiro.

A primeira acredita ser norma de eficácia contida, uma vez que com a Constituição de 1988 a greve tornou-se permitida e um eventual condicionamento à lei específica privará o trabalhador de seu direito.

⁷⁷ Ibid. p. 126.

⁷⁸ Ibid. p. 138.

⁷⁹ SILVA, *Curso de Direito...*, p. 180.

Sergio Pinto Martins, utilizando-se do pensamento de Octavio Bueno Magano, expõe o porquê de alguns autores acreditarem tratar de norma de eficácia contida:

Quanto aos servidores em atividade de caráter administrativo, ficou ao alvedrio do legislador ordinário estabelecer, para o seu exercício, as restrições que lhe pareçam oportunas (art. 37, VII). Enquanto, porém, não o fizer, há de se entender que tais servidores poderão exercer o direito de greve nos termos dos demais trabalhadores. Essa conclusão se impõe porque, como é sabido, todos os preceitos constitucionais são dotados de eficácia. Falando o art. 37, VII, da Lei Magna, em exercício do direito de greve, para que não haja arbítrio na determinação dos limites do seu exercício, analogicamente, estes haverão de ser os mesmo estabelecidos para os demais trabalhadores, com a ressalva de que lei complementar regulamentadora do mesmo preceito poderá restringi-lo.⁸⁰

O Professor Arnaldo Süssekind sustenta “que da norma constitucional, por ser de eficácia contida, e não programática, resulta o direito de greve dos servidores públicos. A lei que alude o art. 37, VII, da Constituição, poderá estabelecer limitações; nunca, porém, negar o direito, o qual, por conseguinte já existe”.⁸¹

Analisando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que há julgamentos que tendem a tratar o direito de greve enumerado na Constituição Federal como norma de eficácia contida, mas existem algumas posições que consideram-no como norma de eficácia limitada.

A segunda corrente, que é adotada pelo Supremo Tribunal Federal, pensa o direito de greve como uma norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que somente após a edição de lei específica é que o servidor público poderá exercer o direito de greve. Dessa forma, “se não há termos e limites definidos, a greve do servidor público não pode ser realizada”.⁸²

Manoel Gonçalves Ferreira Filho visualiza o inciso VII do art. 37 como norma de “caráter programático, não tendo aplicabilidade imediata”⁸³, dependendo,

⁸⁰ MAGANO, Octavio Bueno. **Sindicalização e Direito de Greve dos Servidores Públicos**: Curso de Direito Constitucional do Trabalho. São Paulo: LTr, 1991. p.298.

⁸¹ SÜSSEKIND, op. cit., p. 468.

⁸² MARTINS, op. cit., p.43.

⁸³ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 249.

portanto, de lei específica que deverá ser editada para que possa regular o referido direito.

José Cretella Júnior também segue a mesma linha pensamento no sentido de que o direito de greve só poderá ser exercido após a edição de uma lei específica, a qual relacionará quais os serviços que poderão e quais não poderão ser objeto de greve.⁸⁴

Segundo o Professor Sergio Pinto Martins, a demora na edição de lei específica relacionada à greve dos servidores públicos configura um débito do legislador para com esse grupo de pessoas, o qual, dessa forma, têm seus direitos inviabilizados.⁸⁵

Em relação a este aspecto, o Professor Celso Antonio Bandeira de Mello pondera no sentido de que a “Constituição reconhece aos servidores públicos direito à livre associação sindical (art. 37, VI) e direito de greve a ser exercido nos termos e limites definidos em lei específica (art. 37, VII)”.⁸⁶

Por fim, Aliene Daniela Florêncio Laranjeira cita, em seu artigo, um trecho da idéia do Professor Ives Gandra da Silva Martins, que assim dispõe:

Tenho entendido que o direito de greve é limitado às garantias outorgadas à sociedade pela Constituição. O direito ao trabalho é maior que o direito de greve, e o direito do cidadão a ter serviço prestado por funcionário do Estado é maior que seu direito de greve. Ninguém é obrigado a ser servidor público. Se o for, entretanto, deve saber que a sua função oferece mais obrigações e menos direitos que na atividade privada. É que o servidor é antes de tudo um servidor da comunidade e não um servidor de si mesmo, sendo seu direitos condicionados aos seus deveres junto a sociedade.⁸⁷

⁸⁴ CRETELLA JUNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. (Vol.IV). Rio de Janeiro: Forense, 1991. p. 2199-2200.

⁸⁵ MARTINS, op. cit., p. 44.

⁸⁶ MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 261.

⁸⁷ LARANJEIRA, Aline Daniela Florêncio. **Direito de Greve no Serviço Público**. Jus Navigandi, Teresina, a.7, n.63, mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3872>> Acesso em: 22jun. 2005.

6 CASUÍSTICA

6.1 APLICAÇÃO DA LEI 7.783/89 NO SERVIÇO PÚBLICO

Diante da demora do Poder Legislativo em elaborar a lei específica exigida pela constituição, tem-se discutido a aplicação, por analogia, da Lei 7.783/89 aos servidores públicos.

Inicialmente é preciso saber qual o sentido da lei específica empregada pelo legislador.

Para Sergio Pinto Martins, “lei específica significa lei ordinária. Já não se trata de lei complementar, pois o constituinte não mais dispôs nesse sentido, em que era exigido quorum de maioria absoluta”.⁸⁸

Dessa forma, segundo Sergio Pinto Martins:

Cada ente da federação tem competência para estabelecer regras sobre o direito de greve para seus funcionários, versando cada ente de forma específica para seus trabalhadores. Este é o significado da lei específica, pois, do contrário, o constituinte teria dito que a matéria seria regulada por lei ordinária ou por lei, que seria a comum, a ordinária, de competência da União. Empregou, porém, a palavra específica, que concerne a cada ente da federação, sendo apropriada, para cada uma delas.⁸⁹

Conforme o exposto, o Congresso Nacional deverá elaborar uma lei para os servidores públicos da União, a Assembléia Legislativa deverá editar uma lei dirigida aos servidores públicos estaduais e a Câmara do Vereadores deve elaborar uma lei direcionada aos servidores municipais.

De acordo com os ensinamentos do Professor Sergio Pinto Martins, a lei 7.783/89 não pode ser aplicada aos funcionários públicos pelo simples fato da Emenda Constitucional nº.19 alterar a expressão lei complementar para lei específica.

O trecho a seguir revela algumas considerações a respeito do tema:

⁸⁸ MARTINS, op. cit., p. 44.

⁸⁹ Ibid. p.50-51.

A redação original do inciso VII do art. 37 da Constituição mencionava a existência de edição de lei complementar. A Lei n.º 7783/89 é lei ordinária, que não tem eficácia de lei complementar. Dispõe o art. 16 da Lei n.º. 7783/89 que, para os fins previstos no art. 37, VII da Constituição, lei complementar definirá os termos e limites em que o direito de greve poderá ser exercido". Isso significa que a lei n.º. 7783/89 não regula a greve no serviço público nem poderia, pois não era a lei complementar exigida pela Constituição na época. A Lei n.º. 7783/89 trata da greve no âmbito privado e não na área pública. O fato de a Lei n.º. 7783/89 regular serviços essenciais e inadiáveis para a comunidade não implica dizer que versa sobre serviços públicos. O art. 2º da Lei n.º. 7783/89 faz referência a empregador, para efeito de definir o que é greve. Entretanto, o ente público não é empregador do funcionário público, pois a relação é estatutária e não contratual.⁹⁰

Essa não recepção encontra fundamento no fato de que a lei 7.783/89 não foi elaborada para regular o serviço público. Portanto, não se pode, pelo simples fato da Emenda Constitucional n.º 19/98 ter alterado a exigência de uma lei complementar para uma lei específica, admitir que a lei n.º. 7783/89 seja aplicada aos servidores públicos.

Nas palavras de Maria Sylvia Zanella di Pietro,

O direito de greve do trabalhador, referido no artigo 9º da Constituição, foi disciplinado pela Lei n.º 7.783, de 28-6-89, cujo artigo 16 estabelece que, "para os fins previstos no artigo 37, inciso VI, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido"; quis o legislador deixar bem claro que as disposições dessa lei não se aplicam aos servidores públicos.⁹¹

Para Sergio Pinto Martins, o enunciado do art. 16 da lei n.º. 7783/89, que anteriormente exigia lei complementar para regular o movimento grevista do servidor público, não mais vigora no sistema constitucional brasileiro, uma vez que é incompatível com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil. Ou seja, o art. 16 da Lei da Greve não foi recepcionado pela alteração do art. 37, VII, da Carta Constitucional.⁹²

⁹⁰ Ibid. p. 51.

⁹¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 461.

⁹² MARTINS, op. cit., p. 52.

Além disso, quando o art.37, VII exigiu uma lei específica é razoável pensar que exista a necessidade de elaboração de uma lei que tenha por objeto a regulação do direito de greve no serviço público.

Por outro lado, Carlos Henrique Bezerra Leite, em seu artigo intitulado *A Greve do Servidor Público e os Direitos Humanos*⁹³, acredita ser possível a aplicação, por analogia, da Lei nº. 7783/89 aos servidores públicos.

O Professor Bezerra Leite sustenta que não pode haver diferença entre trabalhador do setor privado e do setor público. Por isso, toma como fundamento o art. 9º da Carta Constitucional, o qual trata o direito de greve como um direito fundamental dos trabalhadores brasileiros.

Para ele, a Lei da Greve foi recepcionada e pode ser aplicada aos servidores públicos, uma vez que existe uma compatibilidade com o texto constitucional. É dispensável, portanto, para Bezerra Leite, a elaboração de uma futura lei.

No entendimento do Professor Sússekind, “a lei 7783 citada poderá ser invocada por analogia nas greves dos servidores públicos, naquilo que não for incompatível com a natureza e com os objetivos do serviço público”.⁹⁴

Seria, portanto, norma de eficácia contida e com aplicabilidade imediata, uma vez que afastaria a proibição da greve disposta na ordem anterior. Dessa forma, “enquanto essa lei não for promulgada, deve ser admitida a aplicação, por analogia, das disposições pertinentes da Lei nº. 7783, principalmente no que diz respeito à continuidade da prestação dos serviços essenciais destinados ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”.⁹⁵

Analisando o aspecto doutrinário, verifica-se que não existe uma consonância de idéias a respeito da eficácia da norma constitucional que trata o direito de greve, mas o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário no Brasil, acredita ser necessária elaboração de uma nova lei para que os servidores públicos possam exercer este direito.

⁹³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A Greve do Servidor Público Civil e os Direitos Humanos**. Jus Navigandi, Teresina, a.6, n.54, fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2612>> Acesso em: 22jun. 2005.

⁹⁴ SÚSSEKIND, op. cit., p. 468.

⁹⁵ Ibid. p. 469.

6.2 MANDADO DE INJUNÇÃO

Conforme o art. 5º, inciso LXXI, da Constituição da República, “conceder-se á Mandado de Injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

É, portanto, um instituto que procura dar efetividade aos direitos enunciados pela Constituição Federal aos cidadãos.

*“Conceder-se-á mandado de injunção sempre que é uma determinação constitucional não subordinada a qualquer exigência de normatização posterior. É prescrição imperativa que encontra, no sistema normativo do país, todos os demais mecanismos judiciários e processuais suficientes para a sua incidência imediata”.*⁹⁶

Dessa forma, segundo o professor José Afonso da Silva, temos como pressupostos do Mandado de Injunção a inexistência de uma lei que regule o direito a ser postulado e o impetrante do Mandado de Injunção deve ser titular do direito que se busca em juízo.

Como a nossa Constituição tem uma grande preocupação com a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, ela própria estabeleceu alguns instrumentos que possibilitem o exercício dos direitos do cidadão em caso de omissão do legislador infraconstitucional. Neste caso, o remédio seria o Mandado de Injunção, o qual apresenta características de uma ação judicial.⁹⁷

Mas é importante salientar que, conforme os ensinamentos do Professor José Afonso da Silva, atualmente o Mandado de Injunção vem sendo utilizado como mero instrumento para a declaração de inconstitucionalidade por omissão, e não apresenta, salvo algumas recentes posições, a função exposta acima.

Nas palavras do mestre: “Sua função seria fazer valer, no interesse do impetrante, um direito ou prerrogativa previsto em norma constitucional cujo exercício em geral é inviabilizado pela falta de regulamentação. Mas a interpretação do Supremo Tribunal Federal tolheu essa função que lhe dava razão de existir, para

⁹⁶ SILVA, José Afonso da. **Mandado de Injunção e Habeas Data**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. p. 19.

⁹⁷ Ibid. p. 27.

considerá-lo mero meio de obtenção de declaração da inconstitucionalidade por omissão”.⁹⁸

No contexto teórico, o Mandado de Injunção apresenta a finalidade básica dar aplicabilidade à norma lacunosa. É através deste instrumento que deveriam ser resolvidas algumas questões referentes ao direito de greve.

Na prática, como inexistente norma que regule o direito de greve, o Supremo Tribunal Federal entende ser cabível Mandado de Injunção, sendo que a legitimidade para a propositura da ação pertence ao Sindicato.

Ocorre que o Poder Judiciário, no julgamento do referido mandado, não pode suprir a omissão da lei ou ordenar a elaboração da lei. O que pode acontecer é a comunicação ao Poder Legislativo sobre a falta de uma norma regulamentadora do direito discutido em juízo.

Essa comunicação, em tese, poderia ser uma força moral que promovesse uma atuação legislativa, já que o Poder Judiciário não pode, devido ao Princípio da Independência e Harmonia dos Poderes da Federação, obrigar o Poder Legislativo a produzir a lei. Acontece que isto somente existiria se vivêssemos em um mundo perfeito.

Diante dessa omissão do Poder Legislativo, deve-se repensar a ideia da intervenção mínima proposta pela Constituição. Ou seja, segundo o entendimento de William Douglas e Sylvio Motta, o Poder Judiciário deveria assumir uma posição mais concreta, atuando como legislador positivo atípico supletivo.⁹⁹

Finalizando este tópico, o Professor José Afonso da Silva pondera no sentido de que o ideal seria a existência de “uma decisão judicial normativa, para valer como lei se após curto prazo o legislador não suprisse a omissão”.¹⁰⁰

⁹⁸ SILVA. **Aplicabilidade das Normas**..., p. 165-166.

⁹⁹ MOTTA, Sylvio; DOUGLAS, William. **Controle de Constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Impetus, 2000. p. 65.

6.3 JURISPRUDÊNCIA

Em relação aos servidores públicos, é interessante ressaltar as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal a respeito da eficácia da norma constitucional enumerada no inciso VII do art. 37 da Constituição da República.

O Superior Tribunal sustenta, em algumas decisões, uma posição em que a norma constitucional do referido inciso apresenta eficácia contida, a saber, *in verbis*:

RMS 2710 / SC; RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1993/0007547-0 RELATOR MINISTRO ADHEMAR MACIEL (1099) T6 - SEXTA TURMA 08/06/1993 DJ 02.08.1993 p. 14276 EMENTA CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. DIREITO DE GREVE. **DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PARA SEU EXERCÍCIO IMEDIATO (CONSTITUIÇÃO, ART. 37, VII).** INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO (EXIGÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA). RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. I - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ROMPENDO COM A SISTEMÁTICA ANTERIOR; DA AO SERVIDOR PÚBLICO O DIREITO DE GREVE (CF, ART. 37, INCISO VII). TRATA-SE DE "NORMA DE EFICÁCIA CONTIDA". ISSO QUER DIZER QUE LEI COMPLEMENTAR ESTABELECE LIMITES PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE, EMBORA NÃO POSSA DIFICULTÁ-LO EXCESSIVAMENTE. MAS, ENQUANTO NÃO VIEREM TAIS LIMITAÇÕES, O SERVIDOR PÚBLICO PODERÁ EXERCER SEU DIREITO. NÃO FICA JUNGIDO AO ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA. II - IN CASU, PORÉM, OS FATOS SÃO COMPLEXOS. NÃO SE TEM, PELA ESTREITA VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA, COMO APURAR SE AS FALTAS AO SERVIÇO DECORRERAM TÃO-SOMENTE DA GREVE. III - DESCABIDA A MULTA APLICADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO PROTETÓRIOS E VISAM, NITIDAMENTE, O PREQUESTIONAMENTO. IV - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

RMS 2171 / GO ; RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1992/0025288-5 RELATOR MINISTRO LUIZ

¹⁰⁰ SILVA, Curso de Direito... p.56.

VICENTE CERNICCHIARO (1084) T6 – SEXTA TURMA
 12/04/1993 DJ 02.08.1993 p. 14273
 RST VOL. 55 p. 93 EMENTA RMS - CONSTITUCIONAL -
 ADMINISTRATIVO - FUNCIONÁRIO PÚBLICO – GREVE
 PARALISAÇÃO - DESCONTO - A CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA GARANTE O DIREITO DE GREVE AOS
 FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, "NOS LIMITES DEFINIDOS E LEI
 COMPLEMENTAR" (ART. 37, VII). ESSA LEGISLAÇÃO NÃO
 PODERÁ RECUSAR A PARALISAÇÃO DA ATIVIDADE,
 ESSÊNCIA DA GREVE, UNIVERSALMENTE RECONHECIDA.
 ALÉM DISSO, SÃO PASSADOS QUATRO ANOS DE
 VIGÊNCIA DA CARTA POLÍTICA. **O LEGISLADOR MANTEM-
 SE INERTE. ESSES DOIS DADOS CONFEREM LEGALIDADE
 AO EXERCÍCIO DO DIREITO, OBSERVANDO-SE,
 ANALOGICAMENTE, PRINCÍPIOS E LEIS EXISTENTES.
 CASO CONTRÁRIO, CHEGAR-SE-IA A UM ABSURDO: A
 EFICÁCIA DA CONSTITUIÇÃO DEPENDE DE NORMA
 HIERARQUICAMENTE INFERIOR. NÃO OBSTANTE A
 LEGALIDADE, INCENSURÁVEL O DESCONTO DOS DIAS
 PARADOS. A CONSEQUÊNCIA É PRÓPRIA DA GREVE, NOS
 ESTADOS DE DIREITO DEMOCRÁTICO. ÔNUS TÍPICO DO
 MOVIMENTO. O PAGAMENTO DEPENDE DE NEGOCIAÇÃO.
 ACÓRDÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO
 RECURSO.**

Por outro lado, também é interessante ressaltar que há decisões do Superior Tribunal de Justiça no sentido da norma constitucional apresentar eficácia limitada. A saber, *in verbis*:

RMS 2676 / SC; RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE
 SEGURANÇA 1993/0007491-1 RELATOR MINISTRO
 ANSELMO SANTIAGO (1100) T6 - SEXTA TURMA 30/06/1993
 DJ 30.08.1993 p. 17311 EMENTA CONSTITUCIONAL E
 ADMINISTRATIVO. DIREITO DE GREVE AOS SERVIDORES
 PÚBLICOS CIVIS. APLICABILIDADE DO ART. 37, VII, DA
 CF/88. ABONO DAS FALTAS E ANOTAÇÕES. **1. NÃO É
 AUTO-APLICÁVEL A DISPOSIÇÃO AGASALHADA NO ART.
 37, VII, DA CARTA POLÍTICA VIGENTE, POIS DEPENDE DE
 EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR. É NORMA DE EFICÁCIA
 LIMITADA. LOGO, NÃO SE PODE FALAR EM DIREITO DE
 GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO. PRECEDENTES: STF (DJU,
 SEÇÃO I, ED. DE 01.08.90, P. 7056/7057, REL. MINISTRO
 CARLOS VELLOSO) E STJ (RMS N. 669-PR, 1A. TURMA,
 JULGADO EM 06/05/91, REL. MINISTRO GERALDO SOBRAL).
 2. SE PARA INFORMAR AS RAZÕES DO DESCONTO DAS
 FALTAS E DAS ANOTAÇÕES HÁ A NECESSIDADE DE**

ANÁLISE DE FATOS COMPLEXOS A EXIGIR DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL É PROCEDIMENTALMENTE O MANDADO DE SEGURANÇA. 3. RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

O Supremo Tribunal Federal, acredita ser necessária a elaboração de uma lei que trate especificamente do exercício de greve do servidor público.

Dessa forma, para o Supremo Tribunal, a norma do inciso VII do art. 37 da Carta Maior, possui eficácia limitada e depende da elaboração de uma lei específica pelo Poder Legislativo.

A seguir, algumas decisões do Supremo Tribunal, *in verbis*:

MI 20 / DF - DISTRITO FEDERAL MANDADO DE INJUNÇÃO
RELATOR(A): Min. CELSO DE MELLO MI JULGAMENTO:
19/05/1994 ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
PUBLICAÇÃO: DJ DATA-22-11-1996 PP-45690 EMENT VOL-
01851-01 PP-00001 EMENTA: MANDADO DE INJUNÇÃO
COLETIVO - DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO
CIVIL - EVOLUÇÃO DESSE DIREITO NO
CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO - MODELOS
NORMATIVOS NO DIREITO COMPARADO - PRERROGATIVA
JURÍDICA ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO (ART. 37,
VII) - **IMPOSSIBILIDADE DE SEU EXERCÍCIO ANTES DA
EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR** - OMISSÃO LEGISLATIVA
- HIPÓTESE DE SUA CONFIGURAÇÃO - RECONHECIMENTO
DO ESTADO DE MORA DO CONGRESSO NACIONAL -
IMPETRAÇÃO POR ENTIDADE DE CLASSE -
ADMISSIBILIDADE - WRIT CONCEDIDO. DIREITO DE GREVE
NO SERVIÇO PÚBLICO: O PRECEITO CONSTITUCIONAL
QUE RECONHECEU O DIREITO DE GREVE AO SERVIDOR
PÚBLICO CIVIL CONSTITUI NORMA DE EFICÁCIA
**MERAMENTE LIMITADA, DESPROVIDA, EM
CONSEQÜÊNCIA, DE AUTO-APLICABILIDADE, RAZÃO
PELA QUAL, PARA ATUAR PLENAMENTE, DEPENDE DA
EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR EXIGIDA PELO PRÓPRIO
TEXTO DA CONSTITUIÇÃO.** A MERA OUTORGA
CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE GREVE AO SERVIDOR
PÚBLICO CIVIL NÃO BASTA - ANTE A AUSÊNCIA DE AUTO-
APLICABILIDADE DA NORMA CONSTANTE DO ART. 37, VII,
DA CONSTITUIÇÃO - PARA JUSTIFICAR O SEU IMEDIATO
EXERCÍCIO. O EXERCÍCIO DO DIREITO PÚBLICO
SUBJETIVO DE GREVE OUTORGADO AOS SERVIDORES
CIVIS SÓ SE REVELARÁ POSSÍVEL DEPOIS DA EDIÇÃO DA
LEI COMPLEMENTAR RECLAMADA PELA CARTA POLÍTICA.

A LEI COMPLEMENTAR REFERIDA - QUE VAI DEFINIR OS TERMOS E OS LIMITES DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO - CONSTITUI REQUISITO DE APLICABILIDADE E DE OPERATIVIDADE DA NORMA INSCRITA NO ART. 37, VII, DO TEXTO CONSTITUCIONAL. ESSA SITUAÇÃO DE LACUNA TÉCNICA, PRECISAMENTE POR INVIABILIZAR O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE, JUSTIFICA A UTILIZAÇÃO E O DEFERIMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO. A INÉRCIA ESTATAL CONFIGURA-SE, OBJETIVAMENTE, QUANDO O EXCESSIVO E IRRAZOÁVEL RETARDAMENTO NA EFETIVAÇÃO DA PRESTAÇÃO LEGISLATIVA - NÃO OBSTANTE A AUSÊNCIA, NA CONSTITUIÇÃO, DE PRAZO PRÉ-FIXADO PARA A EDIÇÃO DA NECESSÁRIA NORMA REGULAMENTADORA - VEM A COMPROMETER E A NULIFICAR A SITUAÇÃO SUBJETIVA DE VANTAGEM CRIADA PELO TEXTO CONSTITUCIONAL EM FAVOR DOS SEUS BENEFICIÁRIOS. MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO: A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU-SE NO SENTIDO DE ADMITIR A UTILIZAÇÃO, PELOS ORGANISMOS SINDICAIS E PELAS ENTIDADES DE CLASSE, DO MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO, COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR, EM FAVOR DOS MEMBROS OU ASSOCIADOS DESSAS INSTITUIÇÕES, O EXERCÍCIO DE DIREITOS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES E DOUTRINA. OBSERVAÇÃO: VOTAÇÃO: POR MAIORIA. RESULTADO: DEFERIDO. VEJA MI-342, MI-361, ADI-339, RTJ-136/881. N.PP.:(59). ANÁLISE:(JBM). REVISÃO:(NCS). INCLUSÃO: 06/12/96, (NT). ALTERAÇÃO: 16/12/96, (NT).

MI 485 / MT - MATO GROSSO MANDADO DE INJUNÇÃO
RELATOR(A): MIN. MAURÍCIO CORRÊA JULGAMENTO:
25/04/2002 ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
PUBLICAÇÃO: DJ DATA-23-08-2002 PP-00071 EMENT VOL-
02079-01 PP-00001 EMENTA: MANDADO DE INJUNÇÃO.
DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO. ARTIGO 37,
VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE
INTEGRAÇÃO LEGISLATIVA. OMISSÃO DO CONGRESSO
NACIONAL. 1. SERVIDOR PÚBLICO. EXERCÍCIO DO
DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO DE GREVE. **NECESSIDADE
DE INTEGRALIZAÇÃO DA NORMA PREVISTA NO ARTIGO
37, VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, MEDIANTE EDIÇÃO
DE LEI COMPLEMENTAR, PARA DEFINIR OS TERMOS E OS
LIMITES DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE NO
SERVIÇO PÚBLICO.** PRECEDENTES. 2. OBSERVÂNCIA ÀS
DISPOSIÇÕES DA LEI 7.783/89, ANTE A AUSÊNCIA DE LEI
COMPLEMENTAR, PARA REGULAR O EXERCÍCIO DO
DIREITO DE GREVE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE INTEGRAÇÃO DA NORMA,

EM FACE DA LACUNA LEGISLATIVA. IMPOSSIBILIDADE. A HIPÓTESE NÃO É DE EXISTÊNCIA DE LEI OMISSA, MAS DE AUSÊNCIA DE NORMA REGULADORA ESPECÍFICA. MANDADO DE INJUNÇÃO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, DEFERIDO, PARA DECLARAR A OMISSÃO LEGISLATIVA. OBSERVAÇÃO VOTAÇÃO. POR MAIORIA, VENCIDO O MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE. RESULTADO: DECLARADA A OMISSÃO DO CONGRESSO NACIONAL E DETERMINADA A COMUNICAÇÃO DESSA OMISSÃO. ACÓRDÃOS CITADOS: MI-20 (RTJ-166/774), MI438.N.PP.:(09). ANÁLISE:(FLO). REVISÃO:(AAF). INCLUSÃO: 02/01/03, (MLR).

MI 438 / GO – GOIÁS MANDADO DE INJUNÇÃO
RELATOR(A): MIN. NÉRI DA SILVEIRA JULGAMENTO:
11/11/1994 ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO
Publicação: DJ DATA-16-06-1995 PP-18267 EMENT VOL-
01791-01 PP-00191 EMENTA MANDADO DE INJUNÇÃO.
DIREITO DE GREVE - CONSTITUIÇÃO, ART. 37, VII. 2.
LEGITIMADO ESTE SINDICATO A REQUERER MANDADO DE
INJUNÇÃO, COM VISTAS A SER POSSIBILITADO O
EXERCÍCIO NÃO SÓ DE DIREITO CONSTITUCIONAL
PRÓPRIO, COMO DOS INTEGRANTES DA CATEGORIA QUE
REPRESENTA, **INVIABILIZADO POR FALTA DE NORMA
REGULAMENTADORA**. PRECEDENTE NO MANDADO DE
INJUNÇÃO N. 347-5-SC. 3. SINDICATO DA ÁREA DE
EDUCAÇÃO DE ESTADO-MEMBRO. LEGITIMIDADE ATIVA. 4.
RECONHECIMENTO DE MORA DO CONGRESSO NACIONAL,
QUANTO A ELABORAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR A QUE
SE REFERE O ART. 37, VII, DA CONSTITUIÇÃO.
COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL E AO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA. 5. NÃO É ADMISSÍVEL,
TODAVIA, O MANDADO DE INJUNÇÃO COMO SUCEDÂNEO
DO MANDADO DE SEGURANÇA, EM ORDEM A ANULAÇÃO
DE ATO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO QUE RESPEITE AO
DIREITO CONSTITUCIONAL CUJO EXERCÍCIO PENDE DE
REGULAMENTAÇÃO. NESSE SENTIDO, NÃO CABE
MANDADO DE INJUNÇÃO PARA IMPUGNAR ATO JUDICIAL
QUE HAJA DECLARADO A ILEGALIDADE DE GREVE NO
SERVIÇO PÚBLICO, NEM POR ESSA MESMA VIA E DE SER
RECONHECIDA A LEGITIMIDADE DA GREVE.
CONSTITUIÇÃO, ART. 5., LXXI. 6. MANDADO DE INJUNÇÃO
CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA PARTE, DEFERIDO,
PARA O FIM ACIMA INDICADO. OBSERVAÇÃO VOTAÇÃO:
POR MAIORIA.RESULTADO: CONHECIDO EM PARTE E
RECONHECIDA A MORA. VEJA MI-347. N.PP.:(23).
ANÁLISE:(LMS). REVISÃO:(BAB/NCS). INCLUSAO: 01.08.95,
(ARL). ALTERAÇÃO: 04/07/00, (MLR).

6.4 O DECRETO Nº.1.485/ 95 E A RESOLUÇÃO Nº. 419/05

Conforme o que já foi exposto neste estudo, fica evidente que o direito de greve é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal. Ocorre que o art. 37, inciso VII, da Carta Constitucional condiciona o exercício de greve do servidor público à elaboração de uma lei específica. É neste ponto que há necessidade de analisar o porquê da existência do Decreto nº. 1.480 de 3 de maio de 1995 e da Resolução nº. 419 de 8 de março de 2005, os quais tratam das paralisações no serviço público.

O movimento grevista é um fenômeno histórico, ligado à luta por melhores condições de trabalho, e está intimamente relacionado ao aspecto social político e econômico da sociedade. Por isso, seria incabível pensar que os servidores públicos não fariam paralisações em busca de melhores condições pelo simples fato de ainda não existir a lei exigida pela Constituição. Daí a necessidade de regulamentar essas paralisações.

A greve é um fato social e as paralisações no serviço público refletem a realidade da sociedade. As greves existem, independentes da existência ou não de lei específica.

O Decreto nº. 1.480/95 regulamenta as faltas decorrentes da paralisação de servidor público federal. No seu art. 1º dispõe que os dias de paralisação não podem ser objeto de abono, compensação ou computados para contagem de tempo de serviço. Dispõe, ainda, que a chefia imediata do servidor é responsável pela comunicação ao órgão competente dos servidores que aderiram ao movimento.

Já a Resolução nº. 419/05 dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em caso de paralisação de servidores da Justiça Federal. Ela está em consonância com o Decreto nº. 1.480/95, mas estabelece regras mais específicas, ou seja, trata dos aspectos relevantes em uma possível paralisação no âmbito da Justiça Federal.

7 CONCLUSÃO

Através do presente estudo, extraiu-se o aspecto constitucional existente no direito de greve. Em suma, pode-se conceber o direito de greve como um direito constitucional, fundamentado nos artigos 9º e 37, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Partiu-se, nesta monografia, de uma análise histórica a respeito da greve, analisando-a no Brasil e no mundo.

Em sentido global, o instituto da greve já apresentava sinais de existência no século XII, mas ainda não existia a denominação *greve*, a qual só passou a ser adotada após 1873. Foi com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa que o instituto da greve ganhou força e fundamentação material e ideológica.

No Brasil existiram alguns movimentos reivindicatórios antes da constituição de 1824, mas foi com a 1ª Grande Guerra, a qual proporcionou um desenvolvimento industrial, que surgiram fortes movimentos grevistas, como a Grande Greve de 17. O Código Penal de 1890 proibia a greve; a Constituição de 1934 demonstrava pouca preocupação com o aspecto social e a Constituição de 1937 passou a declarar o movimento grevista como um recurso anti-social. Com o advento da Carta de 1946, a qual dispôs sobre a greve, e da Carta de 1967, alguns aspectos do direito de greve sofreram modificações, mas foi a Constituição de 1988 que trouxe alterações mais profundas, as quais possibilitaram uma nova e mais democrática interpretação deste direito.

Diante do exposto, verificou-se que o instituto da greve, o qual já foi tido como ilícito penal, percorreu um longo caminho até ser contemplado em nossa carta maior dentro do campo dos Direitos e Garantias Fundamentais.

No que se refere à relação existente entre o direito de greve e os direitos e garantias fundamentais, fica evidente que o direito de greve não pode sofrer uma diminuição¹⁰¹ do seu conteúdo essencial. Pode, apenas, sofrer algumas limitações, não se admitindo o afastamento deste direito.

Quanto aos Direitos Sociais, é importante ressaltar que o direito de greve é um direito social, mas não é propriamente uma prestação positiva do Estado. Este

¹⁰¹ CRETELLA JÚNIOR, **Constituição Brasileira...**, p. 38.

direito, ligado à luta por melhores condições de trabalho, pode ser pensado como um direito instrumental que garante a possibilidade de não se fazer algo, ou seja, garante a possibilidade de não trabalhar, mas sempre obedecendo determinadas limitações.

Além disso, o direito de greve tem aplicabilidade imediata (art. 5º, §1º) no setor privado, mas no setor público a aplicabilidade da norma encontra-se em meio a indagações e controvérsias entre a doutrina e até mesmo entre os Tribunais. Este dissenso relaciona-se ao descaso do legislador brasileiro em editar lei específica que pede o inciso VII do art. 37 da Constituição.

Parte da doutrina e até mesmo decisões do Superior Tribunal de Justiça, acreditam tratar-se de norma de eficácia contida, o que possibilitaria uma aplicação direta e imediata do inciso VII do art. 37 aos servidores públicos.

Mas ficou evidente, após a análise das jurisprudências expostas, que o Supremo Tribunal Federal declarou o direito de greve como sendo norma de eficácia limitada, que depende necessariamente de lei posterior regulamentadora de seu exercício.

Desta forma, a adoção do direito de greve como norma de eficácia limitada traz, na prática, prejuízos aos servidores públicos, ao passo que a adoção do direito de greve como norma de eficácia contida traria, de certa forma, menores prejuízos.

Ocorre que deve ser observado, também, o que dispõe a redação constitucional, no sentido de que há necessidade da existência de uma lei específica que regulamente o respectivo exercício do direito de greve, mas sem limitá-lo demasiadamente.

Entretanto, é importante ressaltar que os movimentos grevistas são manifestações sociais e, exatamente por isso, ocorrem independentes da existência de lei específica. Por este fator, o Decreto nº. 1.480/95 e a Resolução 419/05 foram editados, ou seja, para regulamentar as inevitáveis paralisações no serviço público até seja editada e lei exigida pela Constituição Federal.

Conclui-se, através da presente exposição, que não se pode negar a força que o instituto da greve apresenta na sociedade contemporânea. Antes considerada um delito, atualmente a greve está sedimentada em nossa Carta Maior. É, portanto, um instrumento do Estado Democrático de Direito e tem como objetivo principal dirimir conflitos entre partes socialmente e economicamente desiguais.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

COSTA, Nelson Nery. **Teoria e Realidade da Desobediência Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. VII. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CRETELLA JÚNIOR, José; MARTINS, Ives Gandra da Silva; REZEK, José Francisco. **A Constituição Brasileira 1988: interpretações**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Maurício. **A Greve Geral de 17 em Curitiba: Resgate da Memória Operária**. Curitiba: Ibert, 1996.

LARANJEIRA, Aline Daniela Florêncio. **Direito de Greve no Serviço Público**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3872>> Acesso em 22 jun. 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A Greve Como Direito Fundamental**. Curitiba: Juruá, 2000.

_____. **Direito do Trabalho: Primeiras Linhas**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1997.

_____. **A greve do Servidor Público Civil e os Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2612>> Acesso em 22 jun. 2005.

_____. **Constituição e Direitos Sociais dos Trabalhadores**. São Paulo: LTr, 1997.

MARTINS, Sergio Pinto. **Greve do Servidor Público**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOTTA, Sylvio; DOUGLAS, William. **Controle de Constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho** 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Direito do Trabalho na Constituição de 1988**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

PESSOA, Robertônio Santos. **Sindicalismo no Setor Público**. São Paulo: LTr, 1995.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito Sindical e Coletivo do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2002.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

_____. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Mandado de Injunção e Habeas Data**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ANEXOS

LEI N. 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989.

DECRETO N. 1.480, DE 3 DE MAIO DE 1995.

RESOLUÇÃO N. 419, DE 8 DE MARÇO DE 2005.

LEI 7.783 DE 28 DE JUNHO DE 1989.

Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.

Parágrafo único. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

§ 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quorum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.

§ 2º Na falta de entidade sindical, a assembléia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no "caput", constituindo comissão de negociação.

Art. 5º A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14.

Art. 8º A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou

improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

Art. 9º Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

Parágrafo único. Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo.

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII - telecomunicações;

VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X - controle de tráfego aéreo;

XI compensação bancária.

Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Art. 12. No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

Art. 13 Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

Art. 14 Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I - tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II - seja motivada pela superveniência de fatos novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

Art. 15 A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.

Parágrafo único. Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

Art. 16. Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

Art. 17. Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (lockout).

Parágrafo único. A prática referida no caput assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

Art. 18. Ficam revogados a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, o Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, e demais disposições em contrário.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Oscar Dias Corrêa

Dorothea Werneck

DECRETO N. 1.480, DE 3 DE MAIO DE 1995.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 116, inciso X, e 117, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Até que seja editada a lei complementar a que alude o art. 37, inciso VII, da Constituição, as faltas decorrentes de participação de servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em movimento de paralisação de serviços públicos não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de:

I - abono;

II - compensação; ou

III - cômputo, para fins e contagem de tempo de serviço ou de qualquer vantagem que o tenha por base.

§ 1º Para os fins de aplicação do disposto neste artigo, a chefia imediata do servidor transmitirá ao órgão de pessoal respectivo a relação dos servidores cujas faltas se enquadrem na hipótese nele prevista, discriminando, dentre os relacionados, os ocupantes de cargos em comissão e os que percebam função gratificada.

§ 2º A inobservância do disposto no parágrafo precedente implicará na exoneração ou dispensa do titular da chefia imediata, sem prejuízo do ressarcimento ao Tesouro Nacional dos valores por este despendidos em razão do ato comissivo ou omissivo, apurado em processo administrativo regular.

Art. 2º Serão imediatamente exonerados ou dispensados os ocupantes de cargos em comissão ou de funções gratificadas constantes da relação a que alude o artigo precedente.

Art. 3º No caso em que a União, autarquia ou fundação pública for citada em causa cujo objeto seja a indenização por interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços desenvolvidos pela Administração Pública Federal, em decorrência de movimento de paralisação, será obrigatória a denúncia à lide dos servidores que tiverem concorrido para o dano.

Parágrafo único. compete ao Advogado-Geral da União expedir as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de maio de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Luiz Carlos Bresser Pereira

RESOLUÇÃO N. 419, DE 8 DE MARÇO DE 2005.

Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de paralisação do serviço por motivo de greve, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e considerando o decidido no Processo nº. 2004161717, na Sessão do dia 24 de fevereiro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução estabelece os procedimentos administrativos a serem adotados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em caso de paralisação do serviço por motivo de greve, até que seja editada a lei específica a que alude o art.37, inciso VII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, greve é a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação de serviços.

Art. 2º As ausências decorrentes da participação de servidores em movimentos de greve não poderão ser objeto de:

I – abono;

II – computo de tempo ou qualquer vantagem que o tenha por base, exceto se compensadas, na forma estabelecida pela Administração, e mediante plano de execução do serviço acumulado em decorrência da paralisação.

Parágrafo único. Para os fins de aplicação do disposto neste artigo, a chefia imediata transmitirá à área de Recursos Humanos a relação dos servidores cujas ausências se enquadrem na hipótese nele prevista.

Art. 3º São considerados serviços essenciais para fins desta Resolução, além daqueles a serem estabelecidos pelos respectivos dirigentes dos Órgãos dos Órgãos de que trata o art. 1º;

I – assessoria e assistência ao Presidente e Secretário-Geral, no Conselho da Justiça Federal; ao Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Diretor Geral, nos Tribunais Regionais Federais; aos Desembargadores Juizes Federais; ao Diretor do Foro ou Diretor da Secretaria Administrativa ou equivalente, nas Seções Judiciárias;

II – as seguintes atividades da área judiciária e de informações judiciais:

- a) autuação, classificação e distribuição de feitos;
- b) protocolo judicial e baixa;
- c) execução judicial;
- d) jurisprudência;
- e) taquigrafia; e
- f) estatística.

III – assistência médico-social;

IV – suporte tecnológico de informática; e

V – comunicação e segurança.

Art. 4º Mediante solicitação das chefias das unidades administrativas do Conselho, dos Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias, cujos serviços sejam considerados essenciais, a autoridade máxima do órgão ou a autoridade delegada, convocará, por meio de portaria, servidores, em número suficiente, com o propósito de assegurar a continuidade das suas atividades.

Parágrafo único. Os servidores convocados que não comparecerem ao serviço não poderão compensar as faltas, nos termos do inciso II do art. 2º desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Ministro EDSON VIDIGAL